

Path dependence, Lock-in, Catching-up, Embeddedness e Desequilíbrio na Trajetória de Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Sul no Século XX

Marcelo Arend*
Silvio Antonio Feraz Cário**

Resumo: O Rio Grande do Sul apresentou ao longo do século XX uma trajetória de desenvolvimento capitalista particular, em comparação a outros Estados do país. Entretanto, sua lógica interna de desenvolvimento regional deu-se com a ampliação de desigualdades econômicas, proporcionando ao Estado a consolidação de duas regiões, uma industrializada – Metade Norte - e outra não - Metade Sul. Acredita-se que a evolução das desigualdades regionais tem raízes históricas, e sobretudo institucionais, podendo ser mais bem compreendida pelas abordagens institucionalista e neo-schumpeteriana. Uma das características principais das abordagens Institucionalista e Neo-schumpeteriana é o abandono da racionalidade ilimitada dos agentes econômicos. Assim, duas teorias atestam para que cada país, ou região, pode apresentar uma matriz institucional diversa de outros, construída ao longo dos tempos, sobretudo pelo processo de aprendizagem dos atores locais.

Abstract: The Rio Grande do Sul presented along the century XX a path of private capitalist development, in comparison with other States of the country. However, your internal logic of regional development felt with the amplification of economical inequalities, providing to the State the consolidation of two areas, an industrialized - North Half - and other not - South Half. It is believed that the evolution of the regional inequalities has roots historical, and above all institutional, could be better understood by approaches institutionalist and new-schumpeterian. One of the characteristics principal of the approaches institutionalist and new-schumpeterian is the abandonment of the economical agents' limitless rationality. Like this, two theories attest so that each country, or regions, it can present a several institutional head office of other, built along the times, above all for the process of the local actors' learning.

Introdução

O presente artigo trata de questões referentes à performance industrial no longo prazo de regiões de um mesmo Estado Federativo do Brasil. As abordagens utilizadas para a análise são de cunho heterodoxo, distintas do receituário “dominante” da Ciência Econômica. A escolha por tal abordagem analítica deu-se pela preocupação de tratar o desenvolvimento industrial sob uma perspectiva evolucionária, onde fatores de larga duração encontram respaldo e exercem influência relevante sobre o presente e o futuro. Assim, as variáveis aqui analisadas podem sobreviver aos indivíduos e, sobretudo, influenciá-los.

Trata-se, nesse contexto, de discutir de que maneira as instituições originam-se, evoluem e afetam o desempenho econômico, sobretudo industrial, de determinada região.¹ Os principais conceitos referem-se a dependência da trajetória (*path dependence*), rigidez estrutural (*lock-in*), tanto institucional como tecnológica, inovações, aprendizagem e enraizamento social (*embeddedness*). Atesta-se para que estes conceitos são determinados localmente, a partir de estruturas socioeconômicas históricas, nada garantindo que um arranjo ao lado seja igual ao outro. Nestes termos, dependendo de fatores históricos, uma região pode ser economicamente eficiente e a sua vizinha não. Tais conceitos serão utilizados neste artigo, o qual visa lançar uma nova proposta para o entendimento do processo

* Mestre em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professor de Economia do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA).

** Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Florianópolis/Santa Catarina.

¹ A intenção do artigo, em grande medida, é seguir os passos de Douglass North. Ao receber o Premio Nobel de Economia, em 1993, Douglass North iniciou sua palestra afirmando que a “história econômica” aborda sobre o desempenho das economias no transcurso dos anos. O objetivo das investigações neste campo não somente é fazer com que o passado econômico seja mais claro, mas também contribuir para teoria econômica ao proporcionar um marco analítico que nos permita entender a mudança econômica. Uma teoria da dinâmica econômica comparável à precisão da teoria geral do equilíbrio seria a ferramenta de análise ideal. Não existindo tal teoria, pode-se descrever as características de economias passadas, examinar o desempenho da economia em diferentes momentos e levar a cabo análises de estática comparada, mas faltaria um entendimento analítico da maneira em que evoluem as economias. Uma **teoria da dinâmica econômica** é, assim, fundamental para o campo do desenvolvimento econômico. Para North não é segredo o por que este campo não tem logrado desenvolver-se durante as cinco décadas que seguiram o fim da Segunda Guerra Mundial. A teoria neoclássica é essencialmente uma ferramenta inadequada para analisar e prescrever políticas que induzam ao desenvolvimento. Preocupa-se com a operação dos mercados, mas não de como estes se desenvolvem. Como pode prescrever políticas sem entender a maneira em que se desenvolvem as economias? Os neoclássicos ao construírem uma teoria com precisão matemática e elegância, modelaram um mundo sem fricções e de forma estática. Em análises do desempenho econômico ao longo dos anos, essa teoria incluiu dois supostos errôneos: i) que as instituições não tem importância, e ii) que o tempo não importa (NORTH, 1993).

de desenvolvimento industrial regional sul-rio-grandense e do conseqüente desequilíbrio econômico que evoluiu ao longo do século XX.

Os elementos teórico/analíticos acima apresentados são referentes às abordagens institucionalista e neo-schumpeteriana (evolucionista). Por serem complementares e levarem em consideração os aspectos históricos, as instituições específicas de cada região e a dinâmica econômica, os referenciais institucionalista e neo-schumpeteriano podem contribuir para o melhor entendimento da dinâmica de desenvolvimento industrial e do desequilíbrio econômico, inerente à economia gaúcha. Assim, entende-se que as instituições (leis, cultura, hábitos, regras de conduta e o Estado) e dinâmica capitalista (ambiente concorrencial e tecnologia) podem determinar trajetórias particulares de crescimento econômico.

Parte-se do princípio que o Rio Grande do Sul, ao longo do século XX, desenvolveu uma estrutura industrial com certas particularidades, se analisado a evolução deste lado-a-lado com o desenvolvimento industrial do Brasil e de outras regiões da nação. Aliado a isso, outra particularidade que torna o Rio Grande do Sul um interessante objeto de estudo é a sua especificidade em relação ao assunto desigualdade regional. Há um século atrás a região hoje atrasada – Metade Sul – era a mais rica e dinâmica do Estado. Entretanto, a história mostra que ao longo do século XX inverteram-se os papéis quanto à hegemonia e dinâmica econômica regional. Com o processo de industrialização em marcha decaiu a participação no produto estadual da Metade Sul ao lado do avanço da Metade Norte.²

Diante deste argumento, busca-se responder as seguintes questões de pesquisa: a) Como no contexto da evolução do processo de desenvolvimento industrial determinada região antes dinâmica e dominante, pode com o passar do tempo estagnar e ceder espaço a outra que surge ao seu lado?; e b) Como se expressa em termos econômicos a desigualdade regional construída no tempo?

A hipótese fundamental, para explicar a dinâmica da trajetória de desenvolvimento industrial particular do Rio Grande do Sul no contexto nacional e o conseqüente desequilíbrio regional, entende que muitas especificidades manifestas em sua formação instituíram uma estrutura industrial excêntrica ao modelo nacional, que perpetuou ao longo do século XX, apesar do atrelamento ao padrão de acumulação nacional, determinando um certo enraizamento (*embeddedness*) industrial regional. Parte-se do princípio que durante a República Velha, período em que se materializa o capitalismo no Rio Grande do Sul, as duas “metades regionais” consolidaram bases institucionais (econômicas, políticas e culturais) distintas, que perpetuaram ao longo do século XX, determinando o conseqüente desempenho industrial de ambas e o próprio desenvolvimento industrial gaúcho. Assim, acredita-se que se originou no Rio Grande do Sul dois *path dependencies*, um dinâmico e outro não, determinados amplamente por fatores tecnológicos e pelas matrizes institucionais de cada região presentes no percurso original, que produziram estruturas industriais particulares capazes de explicar o desequilíbrio regional contemporâneo. Com isso, o objetivo geral do presente artigo é examinar as razões da desigualdade econômica regional no Rio Grande do Sul ao longo de sua trajetória evolutiva, evidenciando os motivos da disparidade que se ampliam com a própria dinâmica de desenvolvimento industrial regional.

Para tanto, o artigo está estruturado em seções, sendo que na seção 2 faz-se uma análise de como definiu-se os direitos de propriedade no Rio Grande do Sul; nas seções 3 e 4 apresenta-se, sucintamente os dois complexos característicos da formação econômica do Estado, ou as atividades das duas Metades; em seguida, na seção 5 discute-se o período da República Velha no Rio Grande do Sul, o papel do estado positivista e a consolidação dos subsistemas econômicos regionais; as seções 6 e 7 referem-se a trajetória de desenvolvimento industrial das duas regiões gaúchas na dinâmica de desenvolvimento nacional. Por fim, reservam-se as principais conclusões do estudo.

² Adotar-se-á a regionalização elaborada por Fonseca (1983). Segundo o autor, “pode-se dividir o Estado entre ‘norte’ e ‘sul’ [ou Campanha], dadas às diferenças significativas entre ambos. Entretanto, o ‘norte’ pode ser subdividido em duas zonas: a Serra e o Planalto”. Nessa regionalização encontramos as distintas regiões, com suas atividades econômicas características desde o século XIX. Como se adotará um referencial teórico evolucionista, que leva em conta os aspectos históricos, mostrando-se capaz de ser aplicado às diferenças regionais de desempenho econômico, a regionalização de Pedro C. D. Fonseca faz-se apropriada como método de abordagem para os desequilíbrios intrínsecos da economia gaúcha. Uma divisão semelhante é adotada por Alonso e Bandeira (1994), onde os autores definem Região Norte, Região Nordeste e Região Sul. Esta divisão regional é aplicada a uma análise de longa duração, o que também vêm ao encontro dos problemas do presente estudo. Quando nos referirmos a “Metade Norte”, entende-se a soma de participação regional da Serra e do Planalto (Fonseca, 1983), ou a soma da Região Norte e da Região Nordeste (Alonso e Bandeira, 1994). Por “Metade Sul” nos referimos a Região Sul (Alonso e Bandeira, 1994) ou Campanha Fonseca (1983). Em outros momentos, as duas metades também serão caracterizadas como complexos (colonial-imigrante e pecuário-charqueador), representando apenas sinônimos para as regionalizações acima, o que ficará mais claro no decorrer do estudo. A elaboração de uma regionalização para o Rio Grande do Sul não é o propósito do presente estudo, o que demandaria elevado tempo e esforço. Assim, apesar de se utilizar em alguns momentos regionalizações distintas, atesta-se para que o objetivo geral da análise não foi comprometido, pois o que se quer analisar é a evolução de um desequilíbrio amplamente evidenciado em ambas regionalizações.

2. Ambiente institucional e a definição dos direitos de propriedade no Rio Grande do Sul

Segundo Douglass North, o conceito-chave para entendermos a prosperidade é o de instituições eficientes. Todavia, um arranjo institucional de sucesso consecutivamente estará fundamentado em um sistema de direitos de propriedade bem definido. Para o autor, as instituições são essencialmente sistemas de incentivos em qualquer tipo de troca, e é justamente como sistemas de incentivos que as instituições se relacionam com os direitos de propriedade. Quanto mais bem definidos e mais garantidos forem os direitos de propriedade, mais eficientes serão as instituições como sistemas de incentivos ao desenvolvimento econômico (NORTH, 1995).³

Todavia, apesar das características do direito e da propriedade apoiarem-se em direitos e sanções regulamentadoras, constata-se que não é apenas isso, pois também decorrem amplamente do costume e da tradição. É na relação complexa e evolutiva da relação entre características legais formais e consuetudinárias (cultura) que o direito e a propriedade devem ser definidos (HODGSON, 1994, p. 170).

Cabe perguntarmos, como se definiram os direitos de propriedade no Estado sul-rio-grandense? Para alcançarmos tal resposta, necessitamos recorrer a formação histórica do Rio Grande do Sul. Nela, encontraremos os primeiros indícios da constituição dos dois subsistemas econômicos da região e os diferenciais sociais, econômicos, políticos, e sobretudo, culturais, destes dois complexos, que ao instituírem-se, determinariam a evolução econômica do Estado.⁴

Em sua formação histórica, o Estado sul-rio-grandense era o único território do Império do Brasil que rivalizava com a Argentina, Uruguai e Paraguai, tanto em termos políticos, militares e econômicos. Nesse sentido, sua formação distinguiu-se dos demais do país, em função deste ocupar um território fronteiriço marcado por inúmeros conflitos, entre as regiões ocupadas pelas colônias dos Impérios Português e Espanhol. Os conflitos deram-se, fundamentalmente, em detrimento das planícies e do gado, o que acarretou na tardia estruturação da sociedade gaúcha da fronteira – definiu-se somente ao longo do século XIX (TARGA, 1996b). Inicialmente, em função do não cercamento dos campos, o gado que se reproduzia livremente no Pampa induziu a formação de bandos armados – predadores de gado – para sua disputa. Estes bandos, organizados, se “afazendavam” na região meridional, sendo esta a origem da ocupação privada do território e basicamente a procedência das primeiras estâncias gaúchas. A Coroa portuguesa, conhecedora dessa disputa local, e motivada pela manutenção e expansão de seus territórios, estabeleceu Fortes (quartéis) na região sul-rio-grandense e distribuiu títulos de propriedade aos predadores de gado, legalizando as denominadas estâncias. Os proprietários de terras caracterizavam-se por serem “empresários-guerreiros” porque para adquirirem os títulos da Coroa portuguesa, que legitimavam a propriedade, tinham muitas vezes que passar por guerras contra os castelhanos. Desse ofício resultou a formação dos latifúndios pecuários presentes até hoje no Rio Grande do Sul, característicos da Metade Sul do Estado.⁵

³ Segundo Douglass North “as instituições são as regras do jogo em uma sociedade, ou mais formalmente, são as limitações idealizadas pelo homem que dão forma a interação humana. Elas estruturam incentivos na interação humana, seja político, social ou econômico” (NORTH, 1995, p.13). Mas de onde surgem as limitações informais? Segundo North, elas surgem de informação transmitida socialmente e são parte da herança que chamamos de cultura. Por cultura North entende a transmissão de uma geração à seguinte, por ensino ou imitação, os conhecimentos, valores e outros fatores que influem na conduta. A forma pela qual a mente processa informação não somente é a base da existência de instituições, mas também o ponto chave para entender como as limitações informais têm um papel importante na formação da escolha, tanto a curto prazo como na evolução a longo prazo da sociedade. A consequência em longo prazo do processamento cultural da informação, que esta na base das limitações informais, é o que joga papel importante na forma incremental por meio da qual as instituições evoluem, e por conseguinte são uma fonte de *path dependence* (NORTH, 1995, p. 54-65). Igualmente importante para North é o feito de que as limitações informais derivadas culturalmente não mudam de imediato como reação a mudanças das regras formais. Esta tensão entre regras formais alteradas e limitações informais persistentes produzem resultados importantes na forma em que mudam as economias (NORTH, 1995, p.65). Rotinas, costumes, tradições e convenções são palavras que North usa para denotar a persistência de limitações informais.

⁴ A intenção é demonstrar como grupos específicos de hábitos comuns estão “enraizados” (*embedded*) e são reforçados através de instituições sociais específicas de cada Metade do RS. Os hábitos convertem-se em rotinas quando se tornam comuns a um grupo ou cultura social. Dessa forma, “os hábitos e rotinas preservam o conhecimento, particularmente o conhecimento tácito em relação às habilidades, e as instituições agem ao longo do tempo como um cinto de transmissão” (HODGSON, 1998, p. 180), demonstrando a idiossincrasia de cada local.

⁵ As sesmarias eram terras devolutas, medindo três léguas, o equivalente a 1.080 hectares. Entretanto, havia estâncias com 30 léguas. A primeira concessão foi feita em 1732 e **por volta de 1803 a Campanha gaúcha já estava totalmente repartida entre aproximadamente 500 grandes proprietários**. Assim, no início do século XIX, pode-se dizer que o Rio Grande do Sul era o Pampa, e até meados deste mesmo século, a demografia regional, econômica e socialmente, era simplesmente essa região (CARDOSO, 1977; TARGA, 1996b; MONASTÉRIO, 2002; HERRLEIN JR, 2000). Acrescenta-se a isso a forma não democrática de distribuição das sesmarias. Quem não possuísse propriedade, de acordo com a legislação portuguesa, não poderia receber sesmaria. Dessa forma, os pobres não tinham o direito de receber direitos de propriedade, corroborando o predomínio do latifúndio e as fortes barreiras para o acesso a terra. Com isso, a posse de uma sesmaria constituía um poder econômico, social e político. Em torno do grande proprietário reuniam-se os que trabalhavam sob suas ordens, os que necessitavam de sua proteção, e até mesmo os que tinham medo de sua força (ROCHE, 1969; URBIM, 2003).

A estância, portanto, vai se caracterizar como uma organização produtiva voltada para o mercado consumidor, surgindo toda uma hierarquia econômica, onde o estancieiro é a figura dominante. Se, por um lado, a estância representa a fixação à terra e o aproveitamento da riqueza pastoril, por outro lado ela limitou a expansão do povoamento, na medida em que o estancieiro, proprietário de uma grande extensão de terras, ocupava apenas uma pequena área, deixando o restante inexplorado e em situação de abandono. Nesse sentido, a política de distribuição de sesmarias determinou um povoamento ralo e disperso (LANDO & BARROS, 1976, p. 48). Além disso, Raymundo Faoro (*apud* ARAÚJO & FISCHER, 1998), interpreta que esses “líderes” sul-rio-grandenses seriam caracterizados pelo *sultanismo*, estilo de dominação que, segundo Max Weber, move-se com a desenvoltura da tradição.⁶ Dadas estas considerações, acrescenta-se que a região praticava o escravismo.

Assim sendo, os direitos de propriedade da região da Campanha desenvolveriam-se de forma eficiente e promoveriam um desenvolvimento econômico por um longo período de tempo? Pelo analisado até agora, a Metade Sul do Rio Grande do Sul foi constituída em um ambiente de guerra recorrente. Este ambiente, reflexo de uma instabilidade política entre dois Impérios, muitas vezes ameaçava a garantia dos direitos de propriedade da região. Sendo as guerras comuns (rotineiras), o esperado era que se gerasse expectativas negativas sobre a posse do território, ou seja, poderia haver dúvidas sobre o domínio futuro dos direitos de propriedade. Ocorrendo essa incerteza a respeito do futuro, os agentes locais tinham menos incentivos para poupar, investir e iniciar novos negócios. Do mesmo modo, muitos capitais externos poderiam não enxergar incentivos para investir em tal ambiente institucional, adicionado-se a constatação do baixo intercâmbio entre agentes, a propriedade concentrada da terra, a escravidão, a rigidez social e ao vazio demográfico.⁷ Ao mesmo tempo, constata-se que nessa região a aristocracia local, em moldes veblenianos⁸, desenvolveu um sistema impositivo que promovia os monopólios (pecuária). Também, era pouco freqüente o contato rotineiro, dado que a estância praticamente abastecia-se. Ocorria constantemente, em função da lonjura entre as sesmarias, a dificuldade de trocas entre esses habitantes. A definição e garantia de direitos de propriedade ineficientes, específicos a esse local, seria um dos principais fatores que viria a determinar a trajetória dessa região ao longo do tempo.

Entretanto, ao passo que a Coroa portuguesa foi determinante para a formação da Campanha, distribuindo direitos de propriedade para seu povoamento e fazendo resultar, no dizer de Cardoso (1977), uma estrutura social de castas (casta dos escravos e casta dos senhores), na Metade Norte do Estado seu papel foi outro. Passados ¼ do século XIX partiu do Império um projeto de colonização da área inabitada do Rio Grande do Sul.⁹ Nestes termos, foi a partir

⁶ Segundo Faoro, remetendo a análise aos tempos das guerras platinas de independência e das guerras de fronteira dos tempos coloniais atesta para que “do sultanismo derivamos, na história de nossa formação social, para uma sociedade de homens interessados no poder e no mando, presos e guiados pelo impulso do poder (...) No Rio Grande do Sul, até o ponto onde se permite haja um tipo regional de cultura, não se pode fugir a um traço permanente de sua orientação histórica que rompe todas as estratificações para impor-se: é o ascendente senhorial (FAORO *apud* ARAÚJO & FISCHER, 1998). Cardoso (1977), explana sobre a “camada senhorial” sul-rio-grandense no início do século XIX: “Na verdade, a sociedade rio-grandense não só se organizou nos moldes de uma estrutura patrimonialista, como as posições assimétricas da estrutura social correspondiam formas de comportamento reguladas por rígidas expectativas de dominação e subordinação (...) O padrão de equilíbrio estrutural da sociedade gaúcha mantinha-se, durante o século XVIII e início do século dezenove, através de formas autocráticas de dominação (...) parece que a violência e a arbitrariedade se inseriram de tal forma no sistema de relações sociais que se justificaria falar na perversão do sistema autocrático de mando no Rio Grande do Sul. O apelo ao arbítrio e à força bruta a tal ponto esteve presente no sistema de dominação existente no sul que a violência e a falta de respeito às normas formalmente estabelecidas contavam como componentes de fundamental importância para a manutenção do sistema de controle social e para a motivação dos ajustamentos às condições normais de vida” (CARDOSO, 1977, p. 84-85). Acrescenta-se a isso a visão de Monastério, que aplica o enfoque do Capital Social para a região (*a lá* Putnam). Monastério (2002), caracteriza essa sociedade como “não-cívica”. Para isso, o autor remete a seguinte passagem: (...) os abusos atingiram o cúmulo, ou melhor, tudo era abuso. Os diversos poderes confundiam-se e tudo era decidido pelo dinheiro e pelos favores. O clero era a vergonha da Igreja Católica. A magistratura, sem probidade e honra (...) os empregos multiplicavam-se ao infinito, as rendas do Estado eram dissipadas pelos empregados e afilhados, as tropas não recebiam seus soldos; os impostos eram ridiculamente repartidos; todos os empregados desperdiçavam os bens públicos; o despotismo dos subalternos chegou ao cúmulo, em tudo o arbítrio e a franqueza andando ao par da violência (SAINT-HILAIRE, *apud* MONASTÉRIO, 2002).

⁷ Além disso, aqueles estancieiros já inseridos no meio poderiam estar mais certos de que seus direitos de propriedade seriam garantidos, em relação a agentes vindos de fora. Monastério ressalta – e este é o ponto – que estes últimos estariam mais propensos a serem expropriados do seu gado ou mesmo de sua terra, dada a ausência de uma estrutura institucional que protegesse os direitos de propriedade no período (MONASTÉRIO, 2002).

⁸ A historiografia por várias vezes identifica a classe dominante regional como uma aristocracia rural, com costumes opulentos e consumo pecuniário. Ou seja, uma classe ociosa segundo termos veblenianos.

⁹ Para o Trono, a função desse projeto era criar um apoio político alternativo ao da grande propriedade. Assim sendo, o Império tinha objetivos particulares, como impedir a concentração de propriedade, gerar a exploração efetiva das áreas concedidas e garantir a ocupação efetiva do lote pelo colono e sua família. Outra característica interessante da política imperial de colonização foi a proibição do emprego de escravos. Pela Lei Geral n° 514, de 1848, a introdução e o emprego dos escravos, nas colônias, eram proibidos (ROCHE, 1969, p. 101). Com isso, uma sociedade de pequenos proprietários europeus, então, foi criada na área não interessada à pecuária, caracterizada pela presença de florestas, montanhas e índios.

de 1824 que o governo imperial distribuiu uma área de 77 hectares por família alemã, além de cavalos, vacas, bois, etc. Posteriormente, já na década de 1870, o Império implantou um grande plano de colonização destinada para imigrantes italianos. Contudo, para estes últimos às áreas foram vendidas e a quantidade de terras por família foi reduzida, ficando aproximadamente entre vinte e dois hectares. Segundo Jean Roche, inicialmente, não houve nenhuma “peia feudal” que retardasse o desenvolvimento de uma nova sociedade rural nesse território. Da mesma maneira, no interior dos estabelecimentos germânicos, não houve espírito de casta.¹⁰

Dessa forma, qual é a análise que podemos fazer da definição dos direitos de propriedade do complexo colonial-imigrante (Metade Norte)? Nesse local, em função do ambiente de elevada permuta e de dependência recíproca entre os agentes mais complexos, em comparação com a sociedade mais ao sul, pode-se inferir que essa coletividade podia reduzir os custos do intercâmbio, diminuindo a incerteza e garantindo direitos de propriedade especificados de forma mais perfeita e completa. O sistema de pequena propriedade e de trabalho livre trouxe a reboque o comércio local, técnicas européias capitalistas e coesão social, no qual os agentes dispunham de elevado conhecimento mútuo, pois estavam envolvidos em repetidas trocas.

Os detentores do poder no Brasil (primeiramente a Coroa e depois o Império), definiram em grande parte os direitos de propriedade para o Estado sul-rio-grandense, movidos por seus interesses e de acordo com seus próprios critérios. Primeiramente criou-se uma sociedade para rivalizar com os países platinos, e essa sociedade somente aceitou tal condição pelo oportunismo, recebendo estâncias e tornando-se a elite regional. Constituiu-se uma sociedade patrimonialista, senhorial, estratificada e autoritária. A outra sociedade foi criada para um contrapeso à anterior, diferenciando-se sobretudo pela pequena propriedade e pela “imigração espontânea”. Como bem diz Targa (1996c), os imigrantes foram encarregados de **criar uma nova sociedade** totalmente à parte da sociedade escravista e onde o trabalho escravo era legalmente interdito.

A definição dos direitos de propriedade no Rio Grande do Sul deu origem a uma estrutura social e produtiva, onde conviviam grandes latifundiários pecuaristas, charqueadores e pequenos agricultores. O que estes tinham em comum era a orientação para o mercado interno brasileiro, mas o que os diferenciava era as formas de acesso à propriedade e diferentes formas de trabalho. Sabendo que os direitos de propriedade não são regidos somente por direitos e sanções regulamentadoras, mas também por hábitos, costumes e valores, ou seja, pelo direito consuetudinário (pela cultura), percebe-se que são estes últimos que garantem o bom evoluir institucional, e por conseguinte econômico, de determinada região.¹¹ Foi dessa forma que cada subsistema no Rio Grande do Sul definiu seus direitos de propriedade, ou seja, surgiram as sementes institucionais que estariam por trás do desenvolvimento econômico de cada região, a qual decidiria sua evolução no século XX. Ao definir-se a estrutura de propriedade sobre o que é produzido, estava condicionado desde o início à performance das economias locais.

3. O subsistema pecuário-charqueador (Metade Sul)

De maneira econômica, o Rio Grande do Sul no século XIX esteve fundamentalmente vinculado à produção de café, inicialmente fornecendo a essa atividade alimentos (charque) para a escravaria carioca. A produção de charque

Dessa forma, a pequena e a grande propriedade no Rio Grande do Sul não disputaram o mesmo solo, nem mesmo se avizinharam. A colonização teve êxito nas áreas onde a grande classe dominante se mostrava ausente. Também, somente no Rio Grande do Sul, no século XIX, a experiência de criação de uma área de pequenas propriedades concretizou-se plenamente e com sucesso, através da fundação de São Leopoldo (TARGA, 1996b).

¹⁰ As dificuldades da instalação e o processo da adaptação eram os mesmos para todos os imigrantes, fossem eles de origem urbana ou rural, aristocrata, burguesa ou popular, uma vez que todos deviam aprender o ofício de pioneiro. A necessidade de sobreviver, a pobreza da maior parte dos imigrantes e a enormidade das tarefas a cumprir apagavam as antigas distâncias sociais, desenvolvendo-se a solidariedade entre todos os colonos, pelo menos no início de sua instalação numa zona de mata virgem (ROCHE, 1969, p. 572-73). Diferente da zona pecuária, onde a distância fazia com que cada estância tivesse que prover a si mesma, na conjuntura das colônias desenvolvia-se um sistema de trocas que avigorava as especializações técnicas dos agentes econômicos. Resultante dessa dinâmica afloravam lojas e “vendas”, onde um colono podia adquirir uma infinidade de artigos fabricados por outros (ROCHE, 1969, p. 410). Nessa evolução, muitos comerciantes (imigrantes) abriram contas-correntes a seus fregueses. Pode-se considerar esse sistema como o “embrião” do crédito local, além do mesmo ser altamente vantajoso porque evitava deslocamentos e perda de tempo.

¹¹ Para North (1993), o aprendizado coletivo consta das experiências que este têm atravessado pela lenta prova do tempo, e está incorporado em nossa linguagem, nossas instituições, tecnologia e formas de fazer as coisas. Assim, “a aprendizagem é a transmissão no tempo de nosso acervo acumulado de conhecimentos”. E é a cultura que tem a chave para a explicação da “dependência da trajetória” (*path dependence*), termo utilizado para descrever a poderosa influência do passado sobre o presente e o futuro. O conhecimento atual de qualquer geração se dá dentro do contexto das percepções derivadas do aprendizado coletivo. A aprendizagem é, então, um processo que vai aumentando, e é filtrada pela cultura de uma sociedade que determina os retornos percebidos. Todavia, nada garante que a experiência acumulada no passado por uma sociedade necessariamente a preparará para resolver novos problemas. “As sociedades que se “estancam” incluem sistemas de crenças e instituições que não logram enfrentar e resolver novos problemas socialmente complexos”.

destinada aos mercados do centro do país foi a atividade dinâmica, não só da Campanha, mas de todo o Rio Grande do Sul durante o século XIX (FONSECA, 1983). Era o setor que ocupava posição-chave na estrutura produtiva, pois, através do setor charqueador, o gado das estâncias transformava-se num produto que chegava aos mercados consumidores; “a atividade criatória para abate só produzia mercadoria porque esse setor charqueador existia” (TARGA, 1996c). Era, portanto, o setor econômico regional onde a riqueza acumulava-se. A criação de gado se dava em latifúndios (estâncias), e em torno da cidade de Pelotas encontravam-se as charqueadas, cuja exportação era feita através do porto de Rio Grande. A produção regional concentrou-se em Pelotas por motivo de benefícios locais. Desta cidade até o porto de Rio Grande chegava-se em poucas horas, ao passo que charqueadas no interior do Estado podiam levar até um mês para alcançar o porto.¹²

A fundamental especificidade dessa atividade charqueadora, da qual dependeria em grande sua evolução, era o emprego de escravos. Em 1858, no Rio Grande do Sul, aproximadamente 25% da população local era escrava. Já em 1874, o peso relativo da população escrava era de 21,3%. Era uma das populações mais elevadas do Brasil, pois para este último ano constata-se que Minas Gerais tinha 15,9% de sua população escrava, 20,4% São Paulo e 39,7% Rio de Janeiro. Todavia, por mais “pesada” que fosse a participação dos escravos na estrutura social do Rio Grande do Sul, a escravidão se distribuía espacialmente de maneira desigual no território gaúcho, sobretudo na Metade Sul do Estado (TARGA, 1996c). Entre 1814 e 1860, enquanto a população total do Estado cresceu 286%, a de Pelotas aumentou 754% e a de Rio Grande 884%. Somado a isso, quando comparado com o restante do Brasil, o peso da economia pelotense – centro charqueador – não era desprezível. Em 1880, Pelotas tinha a mesma população de Porto Alegre ou São Paulo. Dados municipais para 1920, apontam o município como o oitavo de maior renda no país, frente à Campinas e Santos. Também, estima-se que em meados do século XIX o patrimônio dos charqueadores era suficiente para que adquirissem as maiores *plantations* de café disponíveis do Sudeste (MONASTÉRIO, 2002, p. 88).

Apesar do ciclo expansivo que o setor charqueador teve no século XIX, chegando até o final da República Velha como o principal produto exportado do Rio Grande do Sul, incidiram sobre ele dificuldades. O principal do contexto, é que no momento em que a produção de charque abatia-se, juntamente era afetada a produção pecuária, os dois principais setores econômicos do Estado no século XIX. No plano econômico, segundo Cardoso (1977, p. 70), a concorrência dos saladeiros do Rio da Prata era intensa e a produção platina possuía condições favoráveis para vencer a competição. A economia platina do charque levava vantagem por causa da melhor qualidade do gado, das taxas mais baixas a que estava sujeita a exportação, do mais fácil acesso aos portos, das relações que mantinha com os ingleses e, sobretudo, por causa do tipo de organização do trabalho que possuía. Assim, dentre os tantos fatores apontados por Cardoso, à desvantagem das charqueadas gaúchas em relação aos *saladeiros* platinos residia principalmente por estes últimos assentarem-se em um modo de produção capitalista, empregando trabalho assalariado. Além disso, como o charque era um bem inferior, consumido apenas pelas populações escravas e de baixa renda, este encarecia a cesta básica e, portanto, aumentava custos de manutenção dos escravos. Dessa forma, além de enfrentar a concorrência platina, os charqueadores do Rio Grande do Sul enfrentavam a política liberal do governo central.

Em decorrência desses fatores, era recorrente no complexo da Metade Sul a grande instabilidade, incerteza, desestímulo, em relação a investimentos, pois os prejuízos do setor charqueador se transmitiam para a rentabilidade dos pecuaristas. Demonstrava-se um sério problema de acumulação na região, apesar de encontrar-se nela o setor econômico e a classe dominante hegemônicos.

4. O subsistema colonial-imigrante (Metade Norte)

O processo de migração, analisado através de fatores sócio-culturais, se constitui na transição de indivíduos, de grupos, de uma sociedade a outra. Tais indivíduos e grupos trazem consigo toda uma bagagem cultural, social, e experiências de formas de produção diferentes. Nestes termos, o indivíduo não somente representa a sociedade de origem, como também manifesta, através de seu comportamento, valores e experiências do seu local de origem de toda

¹² Em termos neo-schumpeterianos, o complexo pecuário-charqueador no Rio Grande do Sul parece ter surgido de uma ‘janela de oportunidade’ para a região. Ao findar o século XVIII, a expansão das atividades em torno do gado no Rio Grande do Sul foi impulsionada pela desorganização da charqueada da região platina e da incapacidade da charqueada nordestina abastecer todo o mercado interno brasileiro. No contexto de ampliação do mercado nacional, muitos charqueadores nordestinos transferiram-se para o Estado gaúcho, atraídos pelas boas pastagens para criação, existência de grandes rebanhos de gado e pela crise das charqueadas Argentina e Uruguia. Assim, o complexo pecuário-charqueador “desenvolveu-se com base nas vantagens naturais da matéria-prima abundantes, pela incorporação de inovações e mão-de-obra qualificada, pela expansão do consumo e pela crise da indústria saladeril do Prata” (DALMAZO, 2003, p. 9). Utilizando mão-de-obra escrava para produzir carne seca e salgada, a atividade charqueadora criou um mercado regional para o gado, instituindo um novo valor econômico para a carne. “A instalação do processo de salgamento da carne foi a inovação tecnológica fundamental, que forneceu ao Rio Grande do Sul o seu principal produto comercializável e elevou a rentabilidade pecuária” (PESAVENTO, 1980, p. 14).

ordem, na medida em que estes elementos foram por ele internalizados desde a infância, e que serão transmitidos de geração a geração.

Nesse sentido, com a chegada de europeus ao Rio Grande do Sul no século XIX, principalmente no que diz respeito ao elemento “trabalho”, os imigrantes trouxeram novos valores, costumes e hábitos, ou seja, outra cultura. Esta cultura estaria fundamentalmente mais ligada ao “espírito do capitalismo” (*a lá* Weber), tal situação até então estranha para a realidade gaúcha. Fator importante foi que se estabeleceu uma nova espécie de *modus-vivendi* no Rio Grande do Sul, pois muitos imigrantes não se adaptavam à agricultura e desejavam viver exercendo a profissão que aprenderam na Europa. Encontrava-se entre os agricultores uma grande porção de homens com especialização fabril trazida da Europa. Essa relação, muitas vezes a contragosto, de imigrantes para com a agricultura ocorria em função do interesse do governo brasileiro, que ao procurar pessoas para o Rio Grande do Sul, voltava-se para os agricultores. Dessa forma, a quase totalidade dos imigrantes dizia-se agricultor de profissão para serem aceitos, mas vinham com a intenção de exercer outra atividade, que haviam aprendido na Europa¹³.

Assim, acrescenta-se que o surto industrial que ocorreria posteriormente nas colônias gaúchas não esteve ligado a invenções, ou ao uso de técnicas avançadas e desconhecidas. Deu-se através do emprego de técnicas já dominadas há décadas em países industrializados. Reproduzia-se na região o que já se havia visto na Europa, não exigindo dos imigrantes maiores conhecimentos nem investimentos muito elevados. Depoimentos pessoais e históricos de firmas falam de viagens ao exterior para a aquisição de máquinas, de correspondência com outros países para informações sobre técnicas, de imitação simplificada e adaptada, e mesmo de aplicação prática do que já se lia em manuais. A elite industrial gaúcha, que tem origens sociais na influência imigrante, a partir da primeira década do século XX passou a enviar seus descendentes à Europa e aos EUA para lá adquirirem experiência profissional e conhecimentos (PESAVENTO, 1988, p. 20). A necessidade de habilitação técnica foi suprida pelo envio dos filhos dos empresários à Europa em centros industriais famosos para estudarem e realizarem estágios.¹⁴

De acordo com o ideário neo-schumpeteriano, é o desenvolvimento destas formas de aprendizado que fornece o aumento da competência da firma, na medida em que eles auxiliam para que novos conhecimentos sejam agregados ao conhecimento tecnológico existente. Além da história técnica acumulada dos imigrantes importar para a origem do parque fabril gaúcho, os mesmos ainda manifestavam preocupação em criar competências, aprender a fazer, a usar e a interagir. Nesse sentido, a originária classe de industriais gaúchos revelava-se capaz de produzir um repertório de rotinas técnicas, importantes para a formação de caminhos, para a tomada de decisões estratégicas e para o aproveitamento de oportunidades existentes.¹⁵ O fato é que nesse subsistema existiam recursos não-mercantilizáveis, ou tácitos, como o padrão de valores, cultura empresarial e experiência organizacional, que contribuíam para a formação de capacidades dinâmicas das firmas locais.¹⁶

¹³Para Roche (1969, p. 158), além da imigração de origem rural, a imigração de origem urbana reuniu artesãos e burgueses desejosos de deixar a Alemanha por motivos quer econômicos, quer políticos. Segundo o autor, o malogro dos movimentos liberais de 1848 e o advento do nacional-socialismo em 1933, por exemplo, expulsaram da Alemanha sujeitos de apreciável valor para o Rio Grande do Sul. Eram antigos cidadãos que possuíam técnicas mais avançadas, além de terem outra cultura e um espírito de iniciativa mais vivo. Reforçando a contribuição dos alemães, encontrava-se também na zona rural e nas sedes das colônias italianas, antigos operários e artesãos, emigrados do norte da Itália para o Rio Grande do Sul, que integravam-se a contragosto na agricultura.

¹⁴Os filhos do cervejeiro Ritter estudaram em São Paulo e em Munique, além de realizarem estágios na Saxônia e Áustria; os filhos de Carlos Rheingantz estudaram química e fiação em Aachen e em Saxen; os filhos de Bins estudaram em Dusseldorf e ele próprio fez estágios na Alemanha e na Inglaterra; os filhos de Renner estudaram na Alemanha, Itália e EUA; Hugo Gerdau também estudou na Alemanha. Dentre os empresários de etnia italiana, Eberle visitou metalúrgicas na Alemanha e Itália. Lourenço Mônaco viajou à Itália para estudar inovações técnicas no engarrafamento do vinho (PESAVENTO, 1988, p. 60).

¹⁵A inovação se dá através das formas de aprendizado que a firma realiza, ou seja, é através do aprendizado que se dá a constituição do processo inovativo. A realização de tarefas de forma contínua e repetitiva (rotinas) possibilita sua realização mais rápida. O acúmulo de conhecimento, ganhos em habilidade e aumento da experiência, capacita a firma, sobretudo, na resolução de problemas e a explorar as oportunidades tecnológicas. Neste quadro, a capacidade da firma forma-se sob *path dependencies*. A história importa na constituição da capacidade da firma, pois a trajetória percorrida ao longo do tempo condiciona seus processos decisórios. Afinal, ao longo do tempo a firma cria competência, e esta deve ser construída, podendo levar anos ou possivelmente décadas que contribuem para a formação da capacidade dinâmica da firma. Neste sentido, em um ambiente de competição schumpeteriana, a dinâmica da evolução industrial se dará em função das capacidades geradas internamente nas firmas, e essas capacidades não são replicadas facilmente. Desta forma, as boas rotinas são difíceis de se copiar. A raiz da vantagem competitiva, então, provém das capacidades dinâmicas enraizadas em rotinas organizacionais internas de alta performance da firma e em distintos processos de aprendizagem fortemente baseada em seus processos e condicionada pela sua trajetória histórica (TEECE & PISANO, 1994). Assim, a vantagem competitiva reside nas capacitações dinâmicas enraizadas (*embedded*) em rotinas de alta performance operando dentro da firma, inseridas nos seus processos, e condicionadas por sua história.

¹⁶Os imigrantes também criaram entidades visando formar uma mão-de-obra qualificada. Constituíram uma escola profissional, denominada de *Gewerbe Schule*, que recebia contribuições financeiras da Alemanha. Em seu currículo, figuravam disciplinas como desenho projetivo, mecânica, físico-química, estática, eletromecânica, resistência de materiais, planimetria, estereotomia, álgebra, etc., além de disciplinas de língua, como

Dentre as principais características desse complexo regional, ressalta-se, sobretudo, as instituições que os imigrantes trouxeram consigo da Europa, pois estas, enraizadas (*embedded*) na cultura, proporcionaram ao Rio Grande do Sul um novo modo de produção. Dentro deste novo contexto, a cidade de Porto Alegre inicia um processo de urbanização acelerado, pois recebia o maior volume de comercialização dos produtos advindos da região colonial.

5. Mudança institucional na República Velha (1889-1930): o Estado Positivista e o desempenho dos subsistemas econômicos do Rio Grande do Sul

A ocasião da República Velha no Rio Grande do Sul revelou-se muito importante para a história socioeconômica regional, pois é justamente neste período que a economia, a política e a sociedade gaúcha sofrem grande transformação. Este período é fundamental para a compreensão da evolução industrial do Rio Grande do Sul, como para disparidade econômica regional, pois é nesta época que os distintos arranjos econômicos do Estado confirmam suas especificidades e expandem suas relações capitalistas. Acredita-se que ocorreu uma mudança institucional no Rio Grande do Sul durante a República Velha, visível pelo deslocamento do poder da antiga classe dominante. Foi essa mudança a determinante da alteração nas bases produtivas regionais. O projeto do Estado positivista visando a diversificação produtiva e a ampliação do mercado interno distinguiu a economia gaúcha do período anterior (Império). A política, nesse contexto, determinou quais os interesses que iriam prevalecer.

Douglass North (1994), fala do “dilema da mudança institucional”. Mudanças lentas e graduais muitas vezes serão prejudiciais, pela criação de “direitos de corrupção” entre a burocracia vigente. A implicação política é que alterações radicais de política devem vir acompanhadas de uma reestruturação radical da burocracia. Porém, a infraestrutura institucional que precisa ser criada, exige um afastamento das organizações sociais, políticas e econômicas centradas em laços familiares, além da promoção de organizações e instituições que possam aparar as inseguranças associadas à extrema interdependência de uma economia de especialização e mercados impessoais. Nestes termos, mudanças bruscas trarão comoção social e política, porque as limitações informais e as percepções ideológicas simplesmente não mudam de repente. Aí está o dilema da mudança institucional.

O novo grupo no poder (PRR) tinha uma ideologia burguesa. Caracteriza-se este novo governo pela eficiência administrativa, moralidade nos negócios públicos, nitidez e transparência das contas regionais, orçamento equilibrado (praticamente em todo o período da República Velha o orçamento estadual apresentou superávits) e pela promoção de políticas que visavam o bem-estar material e o progresso da sociedade (TARGA, 1998). Com isso, o PRR não tinha natureza oligárquica quanto ao seu funcionamento e nem desfrutava de uma rede de relações coronelísticas para garantir a sua reprodução no poder. Dessa forma, seguindo a partir da Teoria de North, o dilema da mudança institucional, para o Rio Grande do Sul optou pela escolha da mudança radical, manifesta pela violência entre os dois grupos desejosos pelo poder. Os vitoriosos buscaram a modernização social e política, e conseqüentemente econômica, em detrimento das instituições tradicionais do Império.

Cabe analisar, portanto, as ideologias, ou o sistema de idéias, presentes no Rio Grande do Sul em sua formação. Para North, a ideologia exerce uma grande influência na constituição das regras formais de uma sociedade, pois penetram na tomada de decisão dos agentes políticos. Dessa forma, as ideologias além de estarem na base da formação das regras informais, definem de sobremaneira as regras formais, exercendo, então, um papel fundamental no desempenho das distintas economias.

O ponto central da divergência entre republicanos e federalistas estava nos projetos econômicos que os dois partidos pregavam para o Rio Grande do Sul. Os projetos de ambos apresentavam soluções opostas para a crise geral da economia “pecuária-exportadora”. Os pecuaristas, liberais conservadores, estavam fundamentados na **teoria das vantagens comparativas**, e, portanto, defendiam um projeto de especialização para a pecuária. “Reivindicavam estradas, portos e a taxaço do produto similar platino, ou seja, o eterno protecionismo ao charque gaúcho”. A visão dos republicanos era oposta, pois eles interpretavam a crise da economia regional como resultado da própria economia

português, alemão, francês e inglês. Entretanto, com o início da guerra européia, cessaram-se as contribuições financeiras da Alemanha e muitos dos filhos dos empresários tiveram que deixar de estudar na Europa. Todavia, dado o alto nível proporcionado pela *Gewerbe Schule*, esta apresentou uma alternativa para o problema do aprendizado (PESAVENTO, 1988, p. 64). No corpo discente da escola se encontravam muitos pequenos produtores independentes – artesãos ou proprietários de oficinas artesanais de fundo de quintal –, que estavam sendo levados à falência pela emergência e crescimento das empresas maiores e que encontravam no assalariamento uma alternativa de sobrevivência. Dessa forma, o surgimento da unidade fabril-manufatureira estaria desarticulando a possibilidade de concorrência do artesanato doméstico, ao mesmo tempo em que, ao exigir um tipo especial de mão-de-obra altamente qualificada, encontrava formas de absorver a força-trabalho egressa das microempresas que faliam. A atuação empresarial ia, pois, mais além, não se limitando a recolher mão-de-obra especializada, mas procurando, através de um ensino profissional, habilitá-la ainda mais, acrescentando o estudo técnico-formal àquele conhecimento artesanal que era transmitido informalmente de pai a filho (PESAVENTO, 1988, p. 66).

“pecuário-charqueadora”, cuja expansão dependia do comportamento dos mercados externos. Nestes termos, os republicanos queriam livrar a economia regional da instabilidade gerada pela dependência das exportações de uns poucos produtos pecuários. Isso somente seria conseguido pela autonomia no abastecimento do mercado interno, quanto pelo fomento da diversificação das exportações (TARGA & SILVA, 2000). Com a transição capitalista, o Rio Grande do Sul não assistiria uma perpetuação da ideologia da estrutura imperial. Ocorreu sim, uma mudança institucional radical, manifestada pela Guerra de 1893. Uma mudança no sistema de idéias de pensar a sociedade sul-rio-grandense, sobretudo, uma mudança na forma de dominação, diversa da conduta oligárquica do Império fez-se com uma reestruturação burocrática radical.¹⁷

Mudanças nas regras informais na sociedade gaúcha, como a mudança ideológica do Estado Regional, redundaram em mudanças nas regras formais (leis, tributos, etc.). Segundo North, inspirado em Thomas Kuhn, a manutenção de uma ideologia depende de sua capacidade de explicar o mundo à sua volta. Foi essencialmente isso que o PRR fez para perpetuar sua ideologia positivista. Diante da crise da pecuária e das charqueadas, o Estado promoveu a diversificação econômica, ganhando argumentos para resistir às demandas de privilégios por parte das classes tradicionais. Ou seja, a ideologia da oligarquia regional não encontrava mais espaço, pois seu sistema de idéias (especialização do boi) não explicava o mundo a sua volta, identificado pelo sucesso da política de diversificação regional. Com a Reforma Tributária, pode-se notar que o Estado redefiniu os direitos de propriedade regionais. O que tentar-se-á demonstrar é que, a partir dos estímulos recebidos pelo Estado, somente a região da colônia conseguiu aprofundar suas relações capitalistas, pois não foi necessário a ela mudar suas regras informais, como a ideologia.

Para North, os principais agentes da mudança institucional são as organizações – os empresários políticos ou econômicos – e as fontes da mudança são as oportunidades percebidas pelos empresários.¹⁸ Também, o câmbio institucional é determinado por um misto de mudanças externas e aprendizado interno. Entretanto, a taxa de aprendizagem depende, sobretudo, da aquisição de diferentes tipos de conhecimento e do modelo mental que os jogadores desenvolvem ao longo dos tempos. Dessa forma, mudanças institucionais feitas deliberadamente serão consequência das demandas dos empresários no contexto dos custos percebidos como necessários para alterar a estrutura institucional em várias frentes. Também, os empresários, em geral, pesam as potenciais vantagens de uma reformulação de contratos no arcabouço institucional existente contra o retorno obtido do investimento na reforma desse arcabouço. Se reformularem contratos, mudarão regras formais, caracterizadas por reformas legislativas, como a aprovação de novas leis. Se optarem por investimentos na busca por mudanças no arcabouço institucional, estão

¹⁷ Vejam-se os principais fatores condicionantes da mudança. Sucintamente, o governo republicano criticava a legislação tributária do Império, baseada no Imposto de Exportação, alegando que os princípios que a regiam eram “antieconômicos”. Assim, empossados, após o período conturbado de guerra contra os federalistas, o Partido Republicano primeiramente praticou uma reforma tributária no Estado. Implementaram um projeto decidido a substituir os impostos indiretos por diretos, propondo tributar diretamente a propriedade e não, indiretamente a produção. Para isso, o PRR substituiu, em grande parte, o Imposto de Exportação pelo Imposto Territorial. Suavizou-se a carga fiscal sobre os agricultores, bem como sobre as formas agrária, comercial e industrial do capital. Assim sendo, a política buscava, principalmente, reduzir a carga fiscal ou isentar de impostos o capital mercantil. O dinamismo da economia regional tendia a se desvincular, progressivamente da grande propriedade. Além disso, o PRR construiu uma infra-estrutura de transportes, estatizando portos e estradas de ferro, sobretudo para estimular a reprodução ampliada do capital comercial e da classe dos pequenos proprietários e proteger a indústria nascente (TARGA, 2003). Deste modo, ao contrário do Império, onde predominara na Província o Partido Liberal, que intransigentemente associava a expansão gaúcha ao progresso da pecuária bovina, a elite emergente com a República se dispõe, sem abandonar essa atividade, a incrementar outras. Com isso, o plano republicano apoiou-se na tentativa de diversificar a produção gaúcha, no intuito de resolver ou amenizar a crise pela qual passavam as atividades econômicas tradicionais do Estado. Buscou-se criar novas opções à economia do Rio Grande do Sul, dotando o estado de uma sólida economia agrícola. “Isto não significa que as autoridades governamentais tivessem uma postura antipecuarista; entretanto, esta é considerada como (apenas) *um* dos elementos responsáveis pela expansão econômica estadual”. O PRR entendia as dificuldades econômicas do período como instabilidades intrínsecas de uma economia exportadora. Tinham a visão de que manter o nível de renda via demanda de exportações é não raro associado à *dependência*. Assim, criticaram a economia do Império, pecuário-charqueadora, mantida pelas exportações. “Na verdade, associou-se o Império à dependência, a República à auto-sustentação” (FONSECA, 1983, p. 72).

¹⁸ A tese de North (1993, p. 3), é que as instituições formam a estrutura de incentivos dos indivíduos que interagem na sociedade e que, por conseguinte, as instituições políticas e econômicas são os determinantes fundamentais do desempenho econômico em longo prazo. Todavia, na análise deve estar sempre presente que as eleições que fazem os indivíduos dependem de suas crenças e essas são uma consequência do aprendizado cumulativo que se transmite culturalmente de geração a geração. O tempo é a dimensão em que o processo de aprendizagem dos seres humanos modela a evolução das instituições. Deste modo, a mudança institucional é um processo contínuo e cumulativo que se origina da interação entre instituições e organizações (NORTH 1993, p. 7). Dessa forma, a velocidade da mudança econômica é uma função da taxa de aprendizagem, mas a direção dessa mudança é função das recompensas esperadas que se dão ao adquirir-se diferentes tipos de conhecimento. Assim, os modelos mentais que os jogadores (organizações – empresários) desenvolvem configuram as percepções sobre as recompensas. Desenvolvem-se organizações que refletem as oportunidades oferecidas pela matriz institucional. Nesses termos, se o “marco institucional premia a pirataria, surgirão então organizações que visem a pirataria; e se o marco institucional premia as atividades produtivas, surgirão organizações/empresas – que se dedicam a atividades produtivas.” Também, quanto maior o grau de monopólio, menor o incentivo de aprender e mudar (NORTH 1993, p. 9).

mudando regras informais. Todavia, de acordo com o ideário institucionalista, regras informais não mudam de forma abrupta, ocorrendo muito mais gradativamente, ao longo dos tempos, o que depende da taxa de aprendizagem dos empresários.

No Rio Grande do Sul, os empresários da Campanha sucessivamente optaram por reformular os contratos no arcabouço institucional existente, ou seja, mudavam as regras do jogo através de mudanças nas regras formais. Economicamente os empresários optavam por continuar atrelados ao salgamento da carne, não investindo recursos no processo de frigorificação. Como exemplo de mudanças em preços relativos, considera-se a concorrência dos saladeiros do Rio da Prata. Estes ao entrarem no mercado brasileiro, praticavam um preço mais competitivo, desbancando o produto gaúcho. Os empresários (charqueadores) poderiam rearranjar a relação insumos e produtos com que trabalhavam. Adotando essa conduta, deveriam os empresários da Campanha desenvolver padrões alternativos de comportamento – no caso, mais produtivos e competitivos. Nestes termos, havia a necessidade de aquisição de novos conhecimentos, ou a necessidade de aprendizagem. Poderiam aperfeiçoar o processo produtivo, como por exemplo, abandonar o trabalho escravo nas charqueadas ou mesmo fazer a transição para os frigoríficos. Todavia isso não ocorreu. Os empresários do Sul preferiam mudar a matriz institucional reformulando contratos, sem introduzir mudanças no padrão de produção. Tal conduta já era recorrente no passado, como manifestada na Guerra dos Farrapos (1835-1845) – reivindicações da classe dominante local para o Império. Alegavam o descaso da política imperial em relação à proteção do produto gaúcho. Dez anos de guerra resultaram em um aumento do imposto de importação para o charque platino em 25%. Assim, os empresários do Sul reformularam a matriz institucional através de leis e normas formais. Os incentivos da mudança nos preços relativos (concorrência) não alteraram a lógica interna produtiva. No período republicano, os empresários gaúchos da pecuária continuaram tentando reformular contratos ao invés do rearranjo produtivo. As Guerras contra o Estado Regional em 1893 e 1923 tem o mesmo sentido da Revolução Farroupilha. Mudar regras formais para maximizarem o retorno de suas atividades, em detrimento de atitudes produtivas. Segundo Monastério (2002), desde o Império o setor charqueador já era protegido da competição do Prata e, especialmente após a Revolução Federalista, as barreiras tarifárias contra o charque platino foram ampliadas.¹⁹

Desta maneira, a mudança nos preços relativos (concorrência platina) trouxe consigo uma conduta dos possuidores de recursos econômicos que se manifestavam em câmbios políticos e contratuais. Perpetuava a matriz produtiva vigente, com ajustes incrementais, pois se podia alterar os preços relativos, através de tributos ao charque platino de melhor qualidade. Entendendo a dinâmica segundo North (1995, p. 17), mesmo que as normas formais mudassem da noite para o dia, como resultado de decisões políticas, as limitações informais, enraizadas (*embedded*) em costumes, tradições e códigos de conduta eram muito mais resistentes, o que restringiam a modernização do setor. A taxa de aprendizado dos charqueadores, que se dá ao longo dos tempos, manifestava esse comportamento. O estoque de conhecimentos dessa classe, identificado também por sua ideologia, justificava o monopólio, e sendo assim, menor era o incentivo para apreender e mudar. Segundo North (1993), a aprendizagem é filtrada pela cultura de uma sociedade, a qual determina os retornos percebidos, nada garantindo que essa experiência acumulada no passado resolverá os novos problemas.

Pode-se também interpretar essa resistência à mudança da elite gaúcha através do “velho institucionalismo”. Para Veblen, a sociedade rica (classe ociosa) muitas vezes retarda a evolução social, conservando o que é obsoleto e opondo-se à inovação. Também, a instituição de uma classe ociosa impede de imediato o desenvolvimento cultural, mediante a inércia da própria classe e, indiretamente, mediante o sistema de distribuição desigual de riqueza (VEBLEN, 1965, p. 192). A consequência do “conservantismo” dessa comunidade dá-se porque ela sempre empregará as forças do ambiente para alcançar os objetivos situados pelo modo de vida de acordo com os métodos aprendidos no passado e corporificados nessas instituições. Nesse sentido, se aprendeu-se a resolver problemas através de reivindicações políticas no passado, qualquer mudança institucional no presente será decorrente dessa aprendizagem. Ou seja, de acordo com Veblen (1965), “toda e qualquer mudança nos hábitos de vida e de pensamento [como inovações tecnológicas] é incomoda”. A aversão à mudança é em grande parte uma aversão ao incômodo de precisar fazer o reajustamento exigido por qualquer determinada mudança.²⁰

¹⁹ Ao que parece, para a elite empresarial do Sul era melhor transferir a questão da mudança institucional para a arena política. Assim, a concorrência externa (mudança em preços relativos) podia até trazer consigo possíveis empresários perdedores no campo econômico, mas estes se utilizavam do artifício político para corrigir suas perdas, alterando a estrutura de preços relativos. Dessa forma, poucas vezes constatou-se uma mudança na tecnologia empregada (melhoramento do processo de fabricação do charque ou instalação de frigoríficos) em razão dos interesses em locais.

²⁰ É neste sentido, quanto à mudança técnica e institucional, que Veblen escreve o seguinte: “Um progresso em métodos técnicos, em população ou em organização industrial requererá pelo menos de alguns dos membros da comunidade a mudança de hábitos de vida, se é que pretendem ingressar com facilidade e eficácia nos métodos industriais alterados; e assim fazendo, serão incapazes de viver de conformidade com as idéias

Mas por que essa rigidez institucional não se manifestou no outro subsistema econômico do Rio Grande do Sul? A resposta é simples. Com a transição capitalista e a implantação de um novo sistema de idéias no Estado, a Metade Norte pode legitimar mais facilmente a matriz institucional precedente ao período. A ideologia, ou o modelo, proposto pelo governo republicano não se chocava com as limitações informais (cultura acumulada ao longo do tempo) da sociedade colonial, mas principalmente confirmava um sistema econômico já instituído. Dessa forma, a evolução econômica desta região foi “incentivada”. Não se exigiu que os agentes desse local modificassem a matriz institucional vigente, mas que a aprofundassem. A mudança econômica não se deu nos dois subsistemas do Rio Grande do Sul como desejariam os “reformuladores políticos” e o desempenho foi diferente do esperado. Seguindo o receituário institucionalista, o Estado na República Velha adotou regras formais de outra economia. Adotou o ideário positivista de August Comte, elaborado para a sociedade européia que transformava-se. Tais idéias quando implementadas no Rio Grande do Sul “serviram” para os imigrantes europeus em razão de costumes e tradições para essas regras políticas e econômicas formais, que são locais.²¹

A ascensão do subsistema econômico do Norte do Estado ocorreu porque suas instituições iam de encontro à ideologia positivista. É bem certo que se a nova política praticada pelo PRR não estivesse de pleno acordo o sistema de idéias dos agentes do Norte do Estado seu desenvolvimento não ocorreria da mesma forma. Todavia, tal fato não ocorreu, e a promoção do desenvolvimento da região colonial-imigrante deu-se pela corroboração de práticas produtivas capitalistas, enraizadas (*embedded*) nos valores, hábitos e na cultura dos agentes econômicos locais. Assim, pode-se dizer, que a matriz institucional do subsistema colonial-imigrante necessitava de um impulso para “deslanchar”, fato que ocorreu com a prática do ideário positivista. Desenvolveu-se no Norte-Nordeste do Rio Grande do Sul uma economia de mercado interno que iria influenciar amplamente o modo de crescimento econômico do Estado.

Durante a República Velha (1889-1930) no Rio Grande do Sul, período em que ocorre a transição capitalista no Estado, já se constatava um “um processo de transformação econômica, manifesto pela ascensão gradativa do Norte do Estado com relação à zona sul (Campanha)”. A situação da Campanha foi definida por Fonseca (1983) como “hegemônica, mas decadente”, pois ela vinha enfrentando perda relativa, em termos econômicos, para o Norte do Estado. Dava-se início a uma descaracterização do Rio Grande do Sul do Império, fundado apenas na atividade pecuária. Para Herrlein Jr. (2000, p. 49), a nova “qualidade” da economia gaúcha revela-se pela capacidade adquirida de ampliar e diversificar sua estrutura e oferta, a partir do desenvolvimento agrícola, comercial e industrial do subsistema colonial-imigrante. Como a economia do Rio Grande do Sul era basicamente agroexportadora, voltada para o mercado interno brasileiro, um bom indício da evolução dos dois “subsistemas” econômicos é a sua participação nas exportações estaduais. Em 1861, os produtos típicos da Campanha (charque e couros) correspondiam a aproximadamente $\frac{3}{4}$ do valor das exportações estaduais, ao passo que os produtos mais destacados do Norte do Estado (farinha de mandioca e feijão) totalizavam pouco mais que 5% do valor das exportações. Já, ao findar a República Velha, os produtos típicos do subsistema colonial perfaziam quase 70% do valor das exportações estaduais, enquanto a

recebidas no que toca ao que é certo e belo nos hábitos de vida (...) Toda e qualquer mudança nos hábitos de vida e de pensamento é incômoda (...) Acrescente-se a isto que a classe ociosa tem também um interesse material em deixar as coisas como estão. Nas circunstâncias prevaletentes em qualquer época determinada, está essa classe em situação privilegiada, e pode-se esperar que qualquer desvio da ordem existente opere em seu detrimento, antes do que a seu favor” (VEBLEN, 1965, p. 183-192). Pode-se notar que as inovações tecnológicas são avaliadas de acordo com suas possibilidades de gerarem benefícios pecuniários para determinado ambiente institucional, em prejuízo de considerações quanto à sua eficiência e ao desenvolvimento econômico local. Se for “incômoda” a mudança institucional que ocorrerá com a inovação tecnológica para determinados “membros da comunidade” (note-se a influência das relações de poder) o conseqüente desenvolvimento econômico pode ser abortado, ou seja, a mudança técnica não acontecerá. Assim, determinada “comunidade” pode ficar estagnada em uma certa malha institucional. Ou, de outra forma, um certo conjunto de hábitos de pensamento é capaz de impedir, ou restringir, a inovação tecnológica. É por isso que Veblen dava atenção especial a questão da **colaboração humana**. Existindo colaboração em determinado arranjo institucional, certamente as relações de poder não se sobreporiam à inovação, e o conseqüente desenvolvimento ocorreria, fato não encontrado na região Sul do RS.

²¹ Para North (1993), é a mistura de regras formais, normas informais e a característica de implantação o que modela o desempenho econômico. As regras formais podem mudar da noite para o dia, mas as normas informais somente mudam de maneira gradual. Sendo que são as normas informais que dão “legitimidade” a um conjunto de regras, a mudança revolucionária nunca se dá como desejariam os reformuladores (políticos, governantes, etc.), e o desempenho será diferente do esperado. Também, as economias que adotam as regras formais de outra economia terão características de desempenho muito diferentes, devido às diferenças de suas normas informais e de sua implantação. A implicação é que transferir as regras políticas e econômicas formais das “exitosas” economias de mercado do ocidente às economias do Terceiro Mundo não é condição suficiente para um bom desempenho econômico. “A privatização não é uma panacéia para corrigir um desempenho econômico pobre”. A chave para o crescimento de longo prazo é a eficiência de adaptação. Todavia, os sistemas políticos e econômicos de êxito têm desenvolvido estruturas institucionais flexíveis que podem sobreviver às “sacudidas” e mudanças, que são parte do desenvolvimento próspero.

Metade Sul decaía para menos de ¼ (ver FONSECA, 1983, p. 69). Nota-se claramente os ganhos de participação nas exportações de produtos de caráter colonial, em relação, aos produtos característicos da economia pecuária²².

Quanto à propriedade dos estabelecimentos industriais, “em cada firma os nomes alemães são os primeiros e, às vezes, os únicos”, como no referente aos móveis metálicos, aos cofres, aos fogões, à fundição, ao papel, aos chapéus, às gravatas, aos couros, à carpintaria, ao mobiliário, aos sabões, ao vidro, aos fósforos, à cerveja, à confeitaria, às viaturas, etc.²³ Segundo Jean Roche, as colônias alemãs eram caracterizadas como a zona manufatureira gaúcha. Comparando o produto do imposto sobre indústrias no final da década de 20, em dez municípios da Serra e nos dez principais municípios da Campanha, constatava-se que a receita era dezoito vezes mais elevada nas colônias (ROCHE, 1969, p. 507-514).

O mercado das zonas de colonização alemã e italiana apresentou-se mais eficaz, no sentido da industrialização, devido a que, além da mão-de-obra especializada encontrada no conhecimento tácito e a preocupação dos imigrantes para com o aprendizado, estas colônias encontravam no próprio mercado estadual e em outros mercados regionais do Brasil um escoadouro para sua produção diversificada, que logo começou a ser beneficiada. Isto proporcionou para o subsistema colonial-imigrante a propagação do capitalismo e da produção mercantil, espraiando para a capital Porto Alegre um estímulo industrializante, devido à atividade comercial que ali acumulava capital. O subsistema da pecuária, que tinha grande parte da concentração da indústria nesta época também apresentou crescimento. No entanto, as indústrias do Sul do Estado não apresentavam a mesma dinâmica, pois os novos estabelecimentos que ali surgiram (exceto os ligados à transformação pecuária) não eram oriundos de atividades características do local, mas sim investimentos realizados por imigrantes que visavam aproveitar as “economias” do porto de Rio Grande, em função da exportação para outros mercados do Brasil²⁴.

A mudança desenhada se expressa na debilidade de se transformar da Metade Sul. Diante da mudança de poder e da transição capitalista o subsistema do Sul foi incapaz de se transformar. Além de se manter ligada às suas origens e sua ideologia deparava-se em crise econômica. A produção fundamentava-se na atividade pecuária. A charqueada beneficiava o boi das estâncias e garantia a acumulação de capital local. Contudo, tal artigo (charque), encontrava uma dinâmica de mercado muito restrita, pois acabara seu principal consumidor – os escravos. Entretanto, o problema poderia ter acabado nesse instante, por quê? Abriu-se uma janela de oportunidade para o setor pecuarista. Ocorreu uma inovação tecnológica radical no setor de alimentos específico a essa região, uma mudança de paradigma.²⁵

Segundo o arcabouço neo-schumpeteriano, o surgimento de um novo paradigma dá-se ainda em um mundo dominado pelo velho paradigma. O mais importante é deslocar o velho, com uma radical mudança no “senso comum”. No caso, o velho seria a charqueada e o novo o frigorífico. Entretanto, mudanças requerem algum esforço, ou aprendizado tecnológico. Diferentemente da conjuntura do complexo colonial-imigrante, onde, por exemplo, empresários destinavam seus filhos até a Europa para adquirirem conhecimentos técnicos, em nenhum momento

²²Apesar de tudo, foi o charque o primeiro artigo em valor das exportações durante a República Velha (em 1927 correspondia a 17,7%). Mas a principal constatação é a de que embora os produtos típicos da Campanha serem de maior peso na pauta de exportações do Rio Grande do Sul, a presença desses é declinante.

²³Em 1901 foi realizada em Porto Alegre uma exposição dos produtos sul-rio-grandenses, podendo-se a partir daí ter uma idéia do parque industrial gaúcho nesta época, e também da variedade das pequenas empresas distribuídas principalmente pela zona colonial. Dentre as maiores da época, figuravam a firma Berta (fundição: fogões, cofres, etc.), as firmas Becker e Ullner (metalurgia), a Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense, Companhia Fabril Porto-Alegrense, Companhia Tecelagem Ítalo-Brasileira, Companhia União Fabril (sucessora da Rheigantz de têxtil e vestuário), Steigleder (carpintaria), Rodolpho França (banha), Neugebauer (chocolates), Christoffel e Ritter (cervejaria). Acrescentam-se ainda as fábricas alimentícias, as de móveis, vidraçaria, sabão e as manufaturas de calçados (ROCHE, 1969; PESAVENTO, 1985). Pode-se notar, pelo nome das firmas, a origem do capital e sua predominância na localização regional da indústria gaúcha.

²⁴O parque industrial desse subsistema detinha forte presença de elementos de origem imigrante, particularmente burgueses imigrantes. “Veja-se o caso de Pelotas: em 1864, Friegrich Lang, possuindo experiência técnica no ramo, fundou uma empresa para fabricar velas e sabões; em 1880, Carlos Ritter, comerciante, estabeleceu-se com uma cervejaria. Em Rio Grande, o comerciante Carlos Guilherme Rheingantz fundou, em 1873, a primeira fábrica de tecidos do Rio Grande do Sul; em 1891, Gustavo Poock, filho de um fabricante de charutos na Alemanha, fundou uma fábrica deste tipo, e, no mesmo ano, o comerciante Albino Cunha formou a Moinhos Rio-grandenses para a fabricação de farinha de trigo” (PESAVENTO, 1985, p. 36).

²⁵A teoria neo-schumpeteriana mostra que nos períodos de transição tecnológica ocorrem os momentos com a maior probabilidade que países emergentes tem para alcançar aos líderes, e inclusive ultrapassá-los. Isso resulta das condições que se considera características do período de transição: a descontinuidade do progresso técnico e a prolongada duração do período de adaptação para os países líderes da onda anterior. O que se quer dizer com isso é que a Campanha poderia ter aproveitado essa “janela de oportunidade” – instalação de frigoríficos – e equiparar-se aos países platinos, ou até ultrapassá-los se inovassem por primeiro no setor. O fato é que não se instalaram frigoríficos na fase inicial do paradigma, como nos países platinos. Se isso tivesse ocorrido, a Metade Sul encontraria uma fase de crescimento rápido, de alta acumulação. Não se adaptando a mudança técnica, a região continuou sendo superada por seus concorrentes, e o hiato produtivo ampliava-se cada vez mais, fato que exercia influência negativa para processo de desenvolvimento industrial da região. Como bem diz Utterbach (1996), sempre que ocorrem descontinuidades tecnológicas, as fortunas mudam de forma dramática.

constata-se alguma forma de aprendizagem para a técnica de frigorificação entre os empresários da Campanha. Assim, permaneceu a pecuária gaúcha sem maiores alterações no momento em que a economia escravocrata se desagregou e adveio à produção na base da mão-de-obra livre²⁶. Foi somente com a instalação dos frigoríficos na segunda década do século XX que se deu à reorganização da indústria da carne. Entretanto, os empresários da campanha mostraram-se resistentes a reorganizarem o processo produtivo.

Outras considerações para essa “resistência à inovação” do complexo pecuário-charqueador podem ser encontradas através de uma análise dos custos de transação que esse subsistema apresentava.²⁷ Possuía o sistema de produção pecuário-charqueador ativos específicos? Segundo Marques (1990), as charqueadas apresentaram **relativo** progresso, evoluindo de “charqueadas velhas” (século XIX) para “charqueadas modernas” (início do século XX). Nestes estabelecimentos modernos chegava-se a aproveitar integralmente o boi, pois através de atividades derivadas as charqueadas passaram a fabricar, além do charque e couros, produtos como velas, sabões e glicerina, extrato de carne, conservas enlatadas, botões e pentes, pincéis, cordas para violão, dados, agulhas de tricô, colas, etc. Nestes termos, os investimentos para um melhor aproveitamento do boi aumentaram nas charqueadas, podendo considerar os ativos para essas transformações específicos, pois dependiam somente da matéria-prima “boi”. Assim, pode-se utilizar a idéia de que as modernas charqueadas apresentavam custos irrecuperáveis (*sunk costs*), onde qualquer rompimento de contrato (compra do boi junto ao estancieiro) implicava ao charqueador, referente a seus ativos, a perda total de seu valor produtivo, ou a usos alternativos de baixo retorno. Além disso, o alto grau de especificidade dos ativos da principal atividade econômica da Metade Sul geraria efeitos *path dependency* para a região, pois a própria evolução técnica e organizacional da charqueada levaria com que se tornasse altamente custosa a transição para a frigorificação, em função dos custos irrecuperáveis encontrados nas charqueadas. Dessa forma, a decisão de investimento nesse processo produtivo em algum ponto do tempo levaria a definir uma trajetória de eventos prováveis, concomitante ao efeito de *lock in* em que a saída de tal trajetória é de ampla forma traumática ou mesmo inviável (em termos tecnológicos e/ou organizacionais).²⁸

Assim, o desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul, em sua fase inicial, assumiu características excêntricas no quadro nacional. Entretanto, a partir de 1930 o Rio Grande do Sul tornar-se-ia periférico e politicamente dependente da evolução histórica nacional. O “modelo histórico de desenvolvimento” (celeiro do país), ou o padrão de acumulação particular da economia gaúcha, deparar-se-ia com seu esgotamento (entraria em crise!), sendo necessário uma reestruturação interna para um maior atrelamento a dinâmica de acumulação nacional, que ocorreria a partir de meados do século XX.

6. Firmamento industrial do subsistema Norte e enraizamento agropecuário do Sul (1930-1960)

Consolidado durante a República Velha os “subsistemas” econômicos do Rio Grande do Sul, resta saber como eles evoluíram ao longo século XX e qual a importância de cada um dentro do processo de desenvolvimento industrial estadual. Para tanto, considera-se que no período pós-1930 a indústria gaúcha continuou em grande parte atrelada ao

²⁶ A forma de inversão de parte do capital produzido e acumulado pelos criadores orientava-se por critérios extensivos. Em vez de inverter em reprodutores, a fim de dinamizar o processo de refinamento e seleção do gado, o excedente era aplicado, de preferência, na aquisição de mais campos ou na aquisição de bens supérfluos e santuários. Isto remete às considerações feitas anteriormente, onde a sociedade da Campanha caracterizava-se em moldes veblenianos.

²⁷ Segundo a Teoria dos Custos de Transação, de O. Williamson, a principal característica de uma transação deve ser expressa na especificidade do ativo a ela relacionado. Assim, a especificidade refere-se ao grau em que um ativo pode ser reempregado para usos alternativos ou por outros agentes sem que haja perda de sua capacidade ou valor produtivo.

²⁸ Ao mesmo tempo, o grupo que fornecia a matéria-prima (criadores) apresentava interesses econômicos diferenciados daquele grupo que industrializava (charqueadores). Assim, dentro da classe pecuarista dois grupos apresentavam interesses específicos e muitas vezes divergentes. Isto fica evidente quando se frustrou o projeto local de implantação de um frigorífico nacional com recursos sul-rio-grandenses. Face à aceleração do processo de decadência do charque, os charqueadores gaúchos procuravam, muitas vezes, transferir seus prejuízos para os fornecedores de matéria-prima. A nível externo, o boi achava-se extremamente valorizado; contudo, os charqueadores buscavam articular-se e realizar convênios para forçarem o criador a aceitar baixo preço pela matéria-prima oferecida. Tal tática – **conduta oportunista** – serviria para acentuar o conflito já pressentido entre criadores e charqueadores (PESAVENTO, 1980, p. 14-19-97). Essa conduta oportunista dos charqueadores exercia um impacto profundo na dinâmica de acumulação dos criadores, contribuindo para a estagnação do setor. O conflito entre as duas frações de classe – criadores e charqueadores – somou-se a um terceiro elemento com interesses diferenciados, que foi o frigorífico estrangeiro. O problema mais associado à questão do mercado e aos maus preços obtidos pelo gado era a noção de que os frigoríficos *aproveitavam-se* da situação e realizavam uma campanha baixista, oferecendo os menores preços possíveis para o rebanho. Neste sentido, apresentavam práticas oportunistas, dada a assimetria de informações. Identificava-se uma crise artificialmente criada pelos frigoríficos, pois eles pressionavam os preços do boi para baixo alegando excesso de oferta.

padrão de desenvolvimento ensejado na República Velha, fundamentalmente produtora de bens não-duráveis.²⁹ Apesar dos avanços do processo de industrialização gaúcho promovido pelo ideário positivista, a estrutura industrial do Rio Grande do Sul até meados do século XX esteve apoiada na transformação de produtos agropecuários. Existia uma dinâmica de dependência entre o setor secundário e o setor primário. Todavia, a partir da década de 1960, a economia gaúcha vincula-se ao padrão de acumulação nacional que iniciou-se com o Plano de Metas, reestruturando principalmente sua indústria, onde os bens dinâmicos (bens de capital, consumo duráveis e intermediários) passam a deter uma maior participação, em detrimento aos tradicionais. Esse movimento de reestruturação interna da indústria gaúcha ou, em termo neo-schumpeterianos, o esforço de adesão a inovações tecnológicas e organizacionais ao paradigma vigente (*catching up*), responsável pelo atrelamento ao padrão de acumulação nacional, se apresenta de forma diferente nas Regiões. Verifica-se que um fator determinante da capacidade de aderência ao paradigma tecnoproductivo nacional no Rio Grande do Sul foi a existência de uma certa “bagagem” industrial construída ao longo do tempo. Essa cumulatividade de conhecimentos técnicos foi fundamental para a instalação dos setores característicos do padrão de acumulação que iniciaria em meados dos anos 1950, pois evidenciou quais regiões do país engajariam-se a tal dinâmica. Assim, o período que antecede meados de 1950 é importante, pois se pode verificar desde já uma certa identidade local e especificidade produtiva.

Assim, é a partir do período de substituição de importações que as diferenças estruturais internas entre as Regiões começam a determinar o desempenho de ambas. Na Metade Sul, a indústria local destacava-se pela produção de charque e pela presença de frigoríficos estrangeiros, com características de serem atividades exportadoras para fora do Estado. Porém, com o processo de substituição de importações em marcha, os segmentos dinâmicos do processo de desenvolvimento industrial caracterizavam-se naqueles voltados para os mercados locais e regionais. Assim, nesse período foi à estrutura industrial da Metade Norte do Estado que apresentou uma dinâmica mais atrelada ao padrão de acumulação nacional substitutivo de importações, pois alguns dados revelam que as atividades características desse padrão de acumulação concentravam-se, sobretudo, na região de Porto Alegre e nas principais cidades do complexo colonial-imigrante, por estas serem fundamentalmente voltadas ao mercado local.³⁰ A Metade Norte apresentava-se também mais diversificada, pois os gêneros têxtil, couros e peles, madeira, metalurgia, cerâmica, química e alimentação correspondiam por aproximadamente 62% de todo o pessoal ocupado da indústria nessa região, ao passo que na região Sul, apenas o gênero alimentação absorvia praticamente 60% do pessoal desta mesma região.

Outro fator que ajuda a esclarecer o surgimento de aglomerações industriais na Metade Norte do Estado foi a busca por especializações locais. Com a ampliação do mercado interno e o aumento da concorrência inter-regional, aumentou a defasagem entre a indústria gaúcha em relação ao centro econômico do país. A saída encontrada por muitos setores industriais foi à especialização em determinados ramos, tendendo também a concentração industrial e a uma especialização dos ramos por município. No setor metal-mecânico, por exemplo, definiram-se duas áreas de concentração no Rio Grande do Sul: Caxias do Sul e Porto Alegre. As empresas desse setor, voltadas fundamentalmente para as necessidades locais, especializavam-se na fabricação de um determinado tipo de máquinas e implementos. A indústria do couro e calçados concentrou-se em São Leopoldo e Novo Hamburgo, a indústria de alimentação em Rio Grande e Pelotas (frigoríficos e conservas). Em Caxias do Sul também predominou a concentração dos estabelecimentos vinícolas do Estado, têxtil em Porto Alegre, etc. (ver PESAVENTO, 1985, p. 72-90).

²⁹ Apesar da mudança no padrão de acumulação nacional, a economia gaúcha não apresentara alterações significativas no seu padrão de acumulação regional, conservando sua característica peculiar de grande produtora de bens de consumo não duráveis até meados da década de 1950. Segundo Muller (1979), foi durante os anos compreendidos entre 1930 e 1945, que a economia gaúcha atingiu o apogeu de seu “modelo histórico de desenvolvimento”. Disto resultou, até meados dos anos 50, uma indústria de estilo regional, caracterizada pela produção de bens tradicionais de consumo, pelo aproveitamento das matérias-primas de base local em função de sua forte ligação com o setor agrícola e, também, voltada ao fornecimento de alguns equipamentos e insumos a esse mesmo setor e a outras indústrias (indústrias de bens intermediários e de capital leve). Assim, o Rio Grande do Sul mantinha uma estrutura de produção pouco alterada com relação às décadas anteriores, predominando regionalmente o ramo dos produtos alimentares no conjunto da indústria de transformação. Com suas “indústrias naturais” reconfirmava-se no pós-1930 a posição de “celeiro do país”.

³⁰ Segundo os dados relativos a participação das Regiões no pessoal ocupado na indústria por Regiões, compilados por Bandeira (1994), para meados da década de 1930, os segmentos industriais com maior complexidade tecnológica localizavam-se na Metade Norte do Estado. Em 1937, referente ao pessoal ocupado da indústria do Rio Grande do Sul, a Metade Norte do Estado tinha uma participação de aproximadamente 65% do total. Deste total, a região Nordeste (colonial) detinha 46,32% do pessoal ocupado na indústria, destacando-se nos gêneros têxtil (63,15%), couros e peles (44%), metalurgia (68,8%), cerâmica (51%), química (70%), vestuário (76,6%), mobiliário (64,2%), edificação (40%), aparelhos de transporte (42%) e indústrias de luxo (85%) (BANDEIRA, 1994, p. 42). Por sua vez, a Metade Sul, do total do pessoal ocupado da indústria gaúcha, tinha uma participação de 34%. Os gêneros mais destacados eram o têxtil (36%), cerâmica (29%) e alimentação (61%), enquanto que couros e peles, madeira, metalurgia e vestuário detinham apenas 16%, 3%, 10% e 15%, respectivamente do total do pessoal ocupado na indústria (BANDEIRA, 1994, p. 42).

Somado a isso, verifica-se que no período pós-1930, até meados do século XX, continuou forte a hegemonia do complexo pecuário-charqueador na economia regional, muitas vezes prejudicando os interesses do capital mercantil. Essa superioridade da elite rural gaúcha, principalmente política, tendia a canalizar muitos investimentos do Estado Regional. Talvez o principal fator determinante da denominada “crise na economia gaúcha” no momento da integração do mercado brasileiro, evidenciada pela historiografia regional, seja essa hegemonia rural e tradicionalista, que impedia relações capitalistas mais diversificadas e avançadas quanto o próprio papel do Governo Estadual no processo de industrialização. Segundo Pesavento (1985), a permanência da estrutura econômica estadual da República Velha correspondia, no plano sociopolítico, à permanência no poder dos mesmos grupos dominantes.

As principais demandas perante o poder público desse complexo restringiam-se à criação de um frigorífico com capital nacional para assegurar o nível de renda e concorrer com o monopólio dos frigoríficos estrangeiros, recursos financeiros para a criação de charqueadas de produtores sob a forma de cooperativas ou associações, a criação de infra-estrutura adequada para o transporte de carne e o fomento e assistência técnica e sanitária para o melhoramento da pecuária (DALMAZO, 1992, p. 32). Nesse sentido, a Metade Sul não se diversificava nem em relação às suas demandas perante o Estado Regional, concentrando a atividade econômica fundamentalmente na pecuária, manifestando-se pelo tempo à rigidez estrutural (*lock in*) da região. Accurso *et al.* (1965), alertava para a rigidez estrutural da economia gaúcha, extremamente dependente do setor primário, além do caráter não reprodutivo do capital.³¹

Por outro lado, os interesses fundamentais da burguesia industrial do Rio Grande do Sul voltavam-se para o movimento de industrialização nacional e local. As principais demandas junto ao poder público eram a criação de uma legislação social compatível com a reprodução da força de trabalho, a criação e regularização do crédito oficial de longo prazo para a compra de bens de capital, a qualificação da força de trabalho, entre outros. Tais interesses configuravam uma via de desenvolvimento industrial voltada para o mercado interno nacional, especializada em determinados ramos e diversificada na produção de bens de consumo e de bens intermediários (DALMAZO, 1992, p. 33). Apesar da hegemonia rural, o Estado Regional fez-se presente em alguns momentos, atendendo às demandas da burguesia industrial gaúcha.³²

Em 1939 a Metade Sul continuava a deter maior peso relativo, quanto a sua participação no Produto Total do Estado. Sua participação era de 38,33%, superando as parcelas da Nordeste, 33,03%, e da Norte, 28,65%. Porém, quanto à participação no Produto interno do setor industrial, a hegemonia já era da Região Nordeste, 47,57%, ao passo que a Região Sul detinha 34,57%. Uma década após, quanto ao Produto Interno gaúcho, a Região Sul já havia sido superada pelas outras duas áreas da Metade Norte, perdendo seu destaque (BANDEIRA, 1994). Começava a se delinear, desse período em diante, a formação do eixo industrial Porto Alegre – Caxias do Sul. No final da década de 1930, a região constituída pelas áreas próximas ao eixo Porto Alegre – Caxias do Sul continha apenas 23,3% da população do Estado, mas já era responsável por 31,5% do produto gaúcho. Porto Alegre alcançou o número de 1.082 fábricas em 1937. No mesmo ano os municípios sulistas de Pelotas e Rio Grande somados dispunham de apenas 220 estabelecimentos industriais. No final dos anos 1950 a Metade Norte já detinha 70% do produto interno do Rio Grande do Sul (BANDEIRA, 1991; 1994). Os números revelam o dinamismo do Norte e estagnação do Sul no novo padrão de acumulação nacional, substitutivo de importações, que teve no aumento das relações produtivas industriais sua variável mais influente.

³¹ Em função desses interesses locais, o governo estadual criou o Instituto Sul-Riograndense de Carnes Ltda (INSTUCARNES), em 1934, pela transformação do Sindicato dos Charqueadores. Este órgão teve as funções de modernizar as charqueadas e viabilizar a indústria do frio para o aproveitamento integral e econômico do boi, o que representava uma antiga aspiração desse segmento produtivo. As principais atividades do INSTUCARNES foram as seguintes: construção do Frigorífico de Tupanciretã, construção de matadouros-modelo em Bagé, Alegrete, Guaíba, Farroupilha e Rio Grande, aquisição das charqueadas-modelo de Dom Pedrito e Santana do Livramento, criação de cooperativas de pecuaristas nas localidades de Rio Pardo, São Gabriel, Santana do Livramento, Alegrete, Jaguarão, Pelotas, Santa Maria, Uruguiana e da Cooperativa da Cidade de Bagé, com empréstimos em condições de juros baixos e de liquidação de dez anos. Dessa forma, o Estado Regional orientou e modernizou a industrialização do complexo pecuário-charqueador, assegurando a apropriação de renda que até então era prejudicada pela presença das grandes corporações estrangeiras e pelo sistema de produção obsoleto (DALMAZO, 1992).

³² Assim, os órgãos criados pelo Estado Regional, para o apoio à acumulação industrial, representaram importante impulso para a atividade industrial regional. O poder público gaúcho regulou a padronização dos produtos industriais, fiscalizou e comercialização e controlou a importação de produtos similares a produção existente, buscou a concessão de financiamento privado pelos bancos oficiais e a importação de bens de capital e matérias-primas às empresas e praticou uma política de isenções e reduções sobre tributos e taxas. Também, o governo estadual instituiu o ensino profissionalizante e atraiu escolas de aprendizagem nacional do SENAI e SENAC em 1942 e 1946 respectivamente (DALMAZO, 1992).

7. Consolidação industrial do Norte e estagnação do Sul: o alargamento do desequilíbrio regional (1960-2000)

A partir dos anos 50, com o Plano de Metas, iniciou-se a montagem de setores de maior complexidade tecnológica, como a implantação da indústria de bens de capital e de bens de consumo duráveis. No Brasil, a incorporação e a difusão de tecnologias mais modernas se deram através de constante busca de tecnologias estrangeiras. A estratégia da política industrial foi o investimento direto de empresas estrangeiras em setores de bens de consumo duráveis e investimento estatal em setores de mais longa maturação, visando, sobretudo a construção de uma matriz industrial compatível com o paradigma fordista. Estabeleceram-se assim, as bases da moderna industrialização nacional (CONCEIÇÃO, 2002). Todavia, esse processo de industrialização no Brasil, com forte participação de capital externo e estatal, redundou em concentração regional, evidenciado pela maior participação do Centro-Sul no produto nacional. Com base nisso, a partir da década de 1960 constata-se que a estratégia do Estado Regional gaúcho em avançar no processo de industrialização estadual intensifica-se, fundamentalmente se inserindo nas políticas industriais nacionais.³³

A intervenção do Estado Regional determinou a implantação de indústrias características do “paradigma fordista”. São exemplos a implantação da indústria de material elétrico pesado, siderúrgica, de refinaria, de tratores, de máquinas e implementos agrícolas e de insumos agrícolas. Foram estas indústrias que de sobremaneira determinaram a mudança estrutural produtiva interna do Estado, pois permitiram à economia sul-rio-grandense um maior atrelamento aos movimentos da economia brasileira a partir da década de 1960. A ação do Estado Regional, no período pós-1955, estava, portanto, em concordância com o Estado Nacional, no sentido da industrialização. A estrutura industrial do Rio Grande do Sul foi, devido aos impulsos dinâmicos transmitidos pelas unidades de capital nacionalmente hegemônica, abalada. Embora ainda tendo aproximadamente metade de seu parque industrial produzindo bens de consumo não-duráveis, os ganhos de participação na estrutura industrial dos bens intermediários e de capitais a tornaram mais dinâmica e ao mesmo tempo sujeita às influências dos ciclos da economia brasileira. Todavia, apesar de o Rio Grande do Sul conseguir reestruturar seu parque industrial, tendo a partir da década de 1960 uma participação interna maior de bens típicos do paradigma tecno-produtivo nacional, o esforço de modernização industrial não foi homogêneo dentro do Estado, apesar da participação do Estado Regional.

Segundo AREND (2004), ao longo das décadas posteriores a reestruturação da indústria gaúcha, foi somente na Metade Norte que se ampliou o número de emprego e de estabelecimentos destinados à produção de bens dinâmicos, característicos da modernização do parque industrial gaúcho.³⁴

³³ Aderiu-se a uma estratégia de capitalismo autônomo, urbano-industrial. Apesar da existência de setores de bens de capital e insumos na estrutura industrial gaúcha articulados com o setor primário, sua participação ainda era reduzida para o novo padrão de acumulação que iniciou na segunda metade do século XX. Pretendia-se criar, no mais curto prazo possível, um pólo industrial no Rio Grande do Sul, um parque fabril que partisse da base da pirâmide do aparelho produtivo industrial, produtor de bens de produção pesado. Para tanto, a estratégia adotada pelo Governo do Rio Grande do Sul foi a de produzir uma série de argumentos junto ao Estado na intenção de atrair investimentos federais para economia gaúcha superar a crise. Desta tática implantaram-se grandes projetos de ponta no RS que constituíram a base da industrialização gaúcha daí para o futuro. Destacam-se os principais do período 1959-62: a)foi implantada uma indústria siderúrgica de aços finos visando atender às necessidades do desenvolvimento da indústria mecânica-metalúrgica do sul do país; b)uma política uniforme para o preço do ferro, do aço, da energia elétrica e dos combustíveis. Esta política visava sanear as condições desfavoráveis da indústria no Rio Grande do Sul que pagava mais caro pelos insumos básicos; c)a implantação da indústria de material elétrico pesado; d)a realização do projeto da Refinaria Alberto Pasqualini em convênio com a PETROBRÁS; e)a implantação da indústria de tratores agrícolas; f)a implantação de indústrias de máquinas agrícolas, dada a importância do setor agrícola na geração de renda da economia gaúcha; g)a implantação das indústrias de fertilizantes, que visava aumentar a produtividade e a produção agrícola estadual; h)apoio à indústria de construção naval; i)crédito especial para a indústria de laticínios; j)incentivos industriais, para a realização de uma cidade industrial que veio a ter capacidade para 200 indústrias pequenas e médias; l)uma política de energia elétrica; m)plano de expansão de serviços e comunicações; n)programa de silos e armazéns para estocagem e conservação de produtos agrícolas; o)criação da Caixa Econômica Estadual; p)plano de transporte rodoviário; q)política educacional, dentre outras (DALMAZO, 1992, p. 96-108). A articulação do Estado Regional com o governo federal continuou nos próximos governos estaduais. A estratégia gaúcha continuava na tentativa de influenciar os gastos da União. Todavia, a semi-estagnação da economia brasileira no período 1964-67 limitou a transferência de recursos federais, expandindo-se novamente nos anos 1970, no período do “Milagre Econômico” 1970/73 e, sobretudo a partir de 1974 com o II PND. Durante 1971-74, na gestão do Governador Euclides Triches, foi elaborado o Projeto Grande Rio Grande, que ampliaria ainda mais a estrutura industrial gaúcha. Criou-se o programa de distritos industriais e áreas industriais, que visava criar novos pólos regionais de desenvolvimento na economia gaúcha. Também, o Rio Grande do Sul recebeu após uma acirrada disputa política entre vários estados interessados o III Pólo Petroquímico. Foram implantados ainda os seguintes programas de apoio ao capital: política de dinamização da agricultura e da pecuária, programa de obras de infra-estrutura, programa de desenvolvimento industrial da pesca, política de energia elétrica, programa estadual de telecomunicações, programa estadual de habitação, plano educacional, projeto de Corredores de Exportações, dentre outros. Novamente, a experiência de planejamento estadual ajustou-se às diretrizes da política do Governo Federal, consoante com as prioridades do planejamento nacional (DALMAZO, 1992).

³⁴O objetivo é verificar onde se encontram as indústrias responsáveis pela modernização do parque fabril gaúcho. Entretanto, não há dados agregados que indiquem a localização das indústrias características da reestruturação produtiva, responsáveis pelo *catching up* industrial. Para captar esse processo, AREND (2004) utilizou uma amostra dos dez principais municípios da Metade Sul e da Metade Norte, na evolução do número de empregados e de estabelecimentos na indústria de transformação do Rio Grande do Sul, nos gêneros característicos do padrão de

Ao analisar o PIB industrial da Metade Sul nota-se que no período posterior a 1959 o declínio foi bastante significativo, chegando a se manter uma redução do produto industrial quase que constante. Recentemente, menos de 10% da produção industrial gaúcha é realizada na Metade Sul e apenas um quarto da população do estado reside dentro desses limites. Para uma região que chegou a gerar 34,57% de toda a produção industrial do Rio Grande do Sul em 1939, alcançar uma participação de 9,6% em 2001 é revelador da perda acentuada de dinamismo do seu parque industrial (ALONSO, 2003)³⁵.

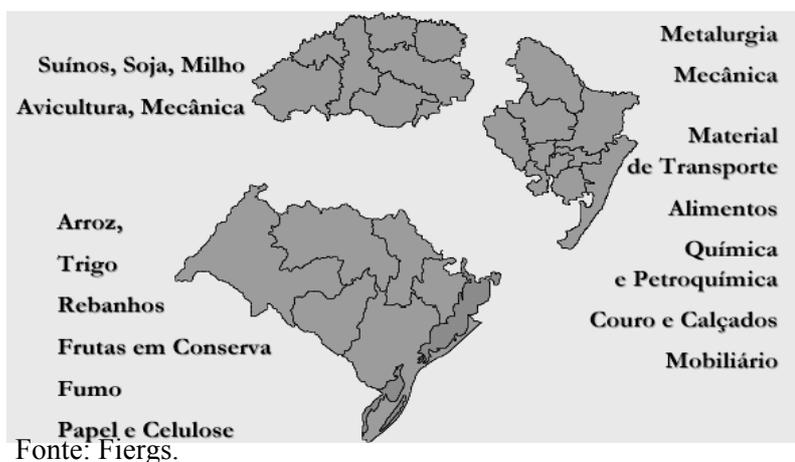
O que ocorre no Estado, ao lado do processo de desenvolvimento industrial, é uma progressiva ampliação do desequilíbrio ao longo do século XX, na qual participam as áreas mais antigas do Rio Grande do Sul. Um fenômeno bastante visível é o de que Porto Alegre e a Região Nordeste tornaram-se as regiões dinâmicas, ao lado de alguns pontos mais distantes da Região Norte. A Metade Sul, ao longo de todo o processo de industrialização e reestruturação, não conseguiu integrar-se a tal dinâmica, pois a partir de meados do século XX não adquiriu os segmentos industriais característicos do paradigma tecno-econômico vigente. Em vista destas indicações, afirma-se que apenas uma região do Estado gaúcho conseguiu vincular-se ao modelo de industrialização capitalista brasileiro do pós-guerra. Com isso, a evolução da disparidade econômica regional foi determinada pelo próprio processo de desenvolvimento industrial do pós-1950, em consonância com o paradigma tecno-produtivo nacional. Assim, a região que se inseriu nessa nova dinâmica participou das fases de crescimento da economia brasileira (AREND, 2004).

No novo padrão construiu-se uma estrutura industrial concentrada na Metade Norte do Estado, bastante diversificada e integrada, percebida pelo conjunto de cadeias produtivas e complexos industriais. Tais complexos industriais se destacam atualmente na matriz industrial gaúcha e interagem dinamicamente, como é o caso do metal-mecânico, do agroindustrial, do coureiro-calçadista e do químico, além de importantes setores, como o eletroeletrônico e as cadeias produtivas têxteis e moveleira. Pelo mapa abaixo, então, verifica-se que a Metade Sul não apresenta tais complexos e que, em sua maioria, a produção é de bens agropecuários. O complexo coureiro-calçadista concentra-se sobretudo na região do Vele dos Sinos (São Leopoldo e Novo Hamburgo). O complexo metal-mecânico localiza-se, principalmente em Caxias do Sul, juntamente com Porto Alegre e em menor escala no município de Passo Fundo. No complexo químico, a concentração industrial deve-se ao Pólo Petroquímico de Triunfo e à Refinaria Alberto Pasqualini em Canoas, apesar do município de Rio Grande também concentrar indústrias desse gênero. No complexo agroindustrial não se constata concentração municipal, todavia a predominância dessas indústrias esta localizada na Metade Norte do Estado.

acumulação nacional iniciado em meados da década de 1950. Os bens caracterizados como “dinâmicos” da indústria gaúcha refere-se a agregação dos gêneros minerais não-metálicos, metalurgia, mecânica, papel e papelão, borracha, química, produtos de matérias plásticas, material elétrico e de comunicações e material de transporte. Tais gêneros industriais são característicos do paradigma da Segunda Revolução Industrial, evidentes do modo de produção “fordista” que o Brasil ingressou, sobretudo a partir dos investimentos do Plano de Metas e do II PND. Apesar do número reduzido de municípios, a amostra concentra elevada participação do total do emprego do Estado, por exemplo. Para o ano de 1970, os 20 municípios concentravam mais de 60% do número de empregados na indústria de transformação do Rio Grande do Sul. Em 1995, a participação destes municípios era de mais de 40%. Para mais informações sobre a amostra e cálculos, ver Arend (2004). Dados relativos ao emprego total do Estado para fins dos anos 80 nos bens dinâmicos e tradicionais corroboram a amostra da evolução referente as dez principais cidades de cada Metade do Rio Grande do Sul feita por AREND (2004). Através da compilação de dados feita por Bandeira (1994, p. 43), no final da década de 1980 verifica-se a quase total ausência de segmentos produtores de bens “dinâmicos” na Metade Sul. O fato surpreendente é que a Metade Norte concentrava não só os ramos dinâmicos, mas também os “tradicionais”. Como se nota, a participação da Metade Norte é majoritária até em setores em que a Metade Sul foi, ou é, especializada. A diversificação produtiva da Metade Norte é extraordinária, não apresentando concentração regional em alguns ramos, mas em todos os produtos industrializados do Rio Grande do Sul. Os dados indicam que a Metade Sul chega ao final dos anos 1980 com uma estrutura industrial altamente especializada, fundamentalmente no gênero de produtos alimentares. Com o processo de industrialização evoluindo, a estrutura industrial da Metade Sul também teve condições de se reestruturar. Entretanto, nota-se que ocorreu apenas um rejuvenescimento dos ramos “históricos” da região, como dos produtos alimentícios. Esta constatação fica evidente quanto se analisava as demandas junto ao poder público da classe econômica e política hegemônica no início dos anos 1930. Nesta época, em sua maioria, as reivindicações dos pecuaristas e charqueadores restringiram a produção local a estreitos limites, sobretudo em atividades ligadas a pecuária.

³⁵Em 1939, o parque industrial de Pelotas representava 5,97% do produto do setor manufatureiro do Rio Grande do Sul. Entretanto, passou a representar 3,01% da produção industrial do Estado em 1990, caindo para 1,02% em 2001, certamente a marca mais baixa da sua história. A economia da Cidade de Rio Grande teve uma trajetória distinta da de Pelotas nos anos 90. Embora façam parte da mesma formação regional, há, no caso de Rio Grande, algum tipo de singularidade, que lhe tem assegurado resultados distintos dos alcançados pela cidade vizinha. Historicamente, a Cidade de Rio Grande tem sido a porta de saída e de entrada da produção do Estado. Por essa razão, dispõe de uma infraestrutura portuária que a credencia a se integrar a todo o movimento de expansão da economia gaúcha. Na verdade, a cidade tem sido privilegiada com o aporte de investimentos, públicos e privados, toda vez que a economia do Estado necessita melhorar a circulação de suas mercadorias até o Exterior. Foi assim nos anos 70, com investimentos na modernização do próprio porto, na construção de terminais graneleiros e na melhoria dos acessos rodoviários (rodovia 392). Mais recentemente, nos anos 90, verificou-se novo movimento no sentido de modernizar o porto para atender às demandas oriundas do acordo do Mercosul, bem como do(s) projeto(s) automotivo(s) que ingressava(m) no Rio Grande do Sul (ALONSO, 2003).

Figura 1. Principais setores industriais do Rio Grande do Sul e localização no final do século XX

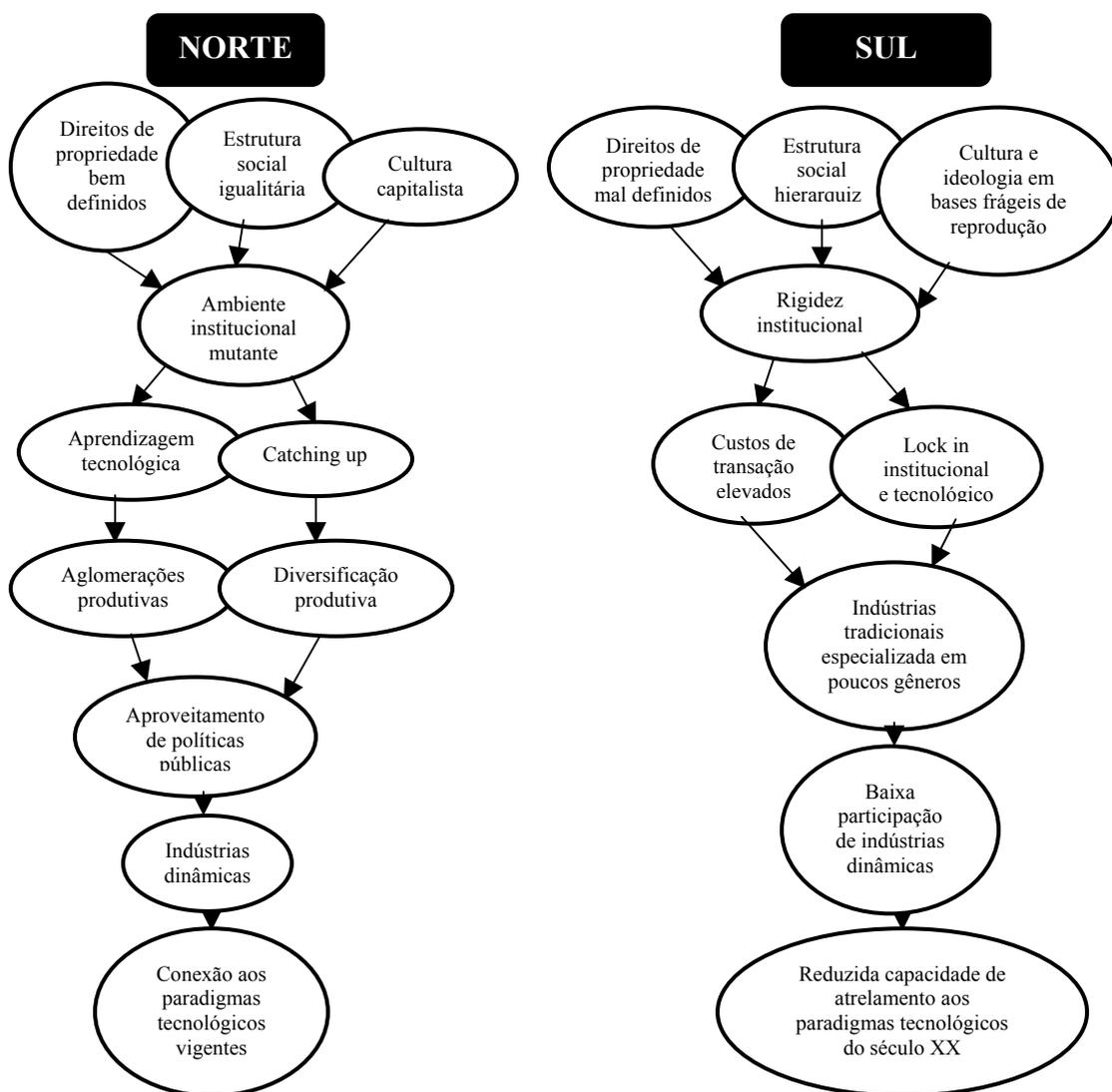


Além da Metade Norte incorporar segmentos característicos do paradigma da Segunda Revolução Industrial, há um esforço, que ainda é presente, de incorporação de tecnologias e organização do trabalho flexíveis. Essa busca por inovações refere-se a preocupação de atrelamento ao novo paradigma tecno-econômico (microeletrônico). Assim, os segmentos industriais característicos do paradigma anterior tendem a sofrer um rejuvenescimento, ajustando-se à nova dinâmica de acumulação. Com isso, a tendência é a ampliação do desequilíbrio, pois a reestruturação dá-se dentro de empresas já estabelecidas no Estado, sendo extremamente difícil o surgimento de ramos característicos da Terceira Revolução Industrial em uma região especializada em indústrias da Primeira Revolução Industrial (têxteis e alimentação). Nesses termos, grandes investimentos públicos e privados vêm sendo realizados nos últimos anos, principalmente no entorno do eixo Porto Alegre – Caxias do Sul. Entre os mais importantes, destacam-se a ampliação do Pólo Petroquímico, a ampliação da Refinaria Alberto Pasqualini, a instalação da General Motors e da Navistar, a ampliação do Aeroporto Salgado Filho, a ampliação do Trensurb, as novas unidades produtivas da Dell Computadores, da Pirelli, da Goodyear e do Grupo Gerdau, o terminal gasoduto Bolívia-Brasil e investimentos em infra-estrutura viária.

Ao longo do artigo buscou-se transmitir a idéia de que o processo de desenvolvimento industrial é dependente de fatores institucionais e tecnológicos. Tais fatores são dependentes de eventos passados e, portanto, o processo é cumulativo ou histórico. Variáveis como direitos de propriedade, conhecimento, cultura, ideologias políticas e aprendizagem caracterizam-se por serem construídas, ou definidas, localmente, e irão determinar o comportamento de firmas, das relações de poder na sociedade e os custos de transação e transformação das atividades produtivas. Assim, estas variáveis influenciam de sobremaneira o processo de desenvolvimento econômico e fazem com ele seja dependente da trajetória passada. Abaixo, a figura indica alguns elementos institucionalistas e neo-schumpeterianos das duas regiões do RS que influenciaram amplamente a trajetória industrial de ambas.

A definição dos direitos de propriedade no Rio Grande do Sul no século XIX, o tipo de estrutura social e a cultura acumulada dos agentes de cada subsistema econômico originou ambientes institucionais particulares no Estado. Tais ambientes institucionais determinaram a trajetória industrial das regiões, pois influenciaram as percepções e escolhas dos agentes locais a respeito das recompensas esperadas. Assim, foram os conhecimentos e a aprendizagem adquirida no tempo que refletiram as oportunidades de investimentos em atividades produtivas locais. Estes fatores, de larga duração, exerceram importantes influências no futuro, determinando a taxa de aprendizagem, os custos de transação e transformação e a competência para mudanças de ambas “Metades” regionais.

Figura 2. Elementos institucionalistas e neo-schumpeterianos do desempenho industrial da Metade Norte e Sul do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaboração própria

A possibilidade de retornos crescentes da atividade produtiva ligada à pecuária fez com que pecuaristas e charqueadores escolhessem determinadas formas específicas de organização (charqueadas, trabalho escravo, frigoríficos) excluindo outras. A principal característica dessa evolução foi que a possibilidade de continuar escolhendo a atividade produtiva inicial (extremamente ligada à pecuária) aumentou com sua prática, em função da aprendizagem e de externalidades criadas pela matriz institucional. Foi a partir dessa escolha inicial das primeiras atividades produtivas que a Metade Sul excluiu as outras. Assim, a escolha é racional, mas a presença de externalidades criadas pela aprendizagem dos agentes estabelece que condicionantes históricos levam a que o processo selecione certa atividade produtiva e exclua outra, podendo a região apresentar uma rigidez estrutural (*lock in*), tanto tecnológica como institucional.³⁶ Apesar da pecuária ser altamente rentável no século XIX, do ponto de vista histórico evolucionário não foi, levando a região à estagnação.³⁷

³⁶ Segundo North (1995, p. 124), as economias são caracterizadas por serem formadas por mercados imperfeitos, dados as dificuldades de se compreender um ambiente complexo, e por serem dinâmicas. Também, as instituições caracterizam-se por apresentar retornos crescentes. Isso significa que uma vez escolhido um caminho, há a atuação dos mecanismos auto-reforçantes (*a lá* Brian Arthur) que fazem com que a matriz institucional fique *locked in* e seja *path dependence*. Assim, mesmo que as instituições existentes não sejam as mais eficientes para gerar desenvolvimento econômico, como há retornos institucionais crescentes, a tendência é que elas persistam. Haverá mudanças institucionais, mas a partir dos arranjos já constituídos. Uma vez criadas as instituições, os mecanismos auto-reforçantes fazem com que as economias fiquem *locked in* em determinadas estruturas institucionais, mesmo que essas reforcem atividades improdutivas, impedindo o desenvolvimento de

No caso da Metade Norte do Rio Grande do Sul, os fatores históricos-institucionais de seu subsistema econômico fizeram com que, a partir da década de 1930, grande parte dos agentes optasse por um sistema de produção que reforçasse as atividades características locais precedentes (fundamentalmente capitalistas e manufatureiras). Assim, a elevada diversificação da região, promovida pelos imigrantes, evoluiu e tornou possível que ela se vinculasse ao padrão de acumulação nacional. Os conhecimentos técnicos e as escolhas dos agentes locais estavam de acordo com a nova dinâmica industrial brasileira que iniciaria a partir da segunda metade do século XX, dado que existia na região capacidade de adaptação e competitividade para estágios mais avançados do processo de industrialização.³⁸

8. Conclusão

A formação da indústria gaúcha e sua inserção nos ciclos da economia brasileira revestiram-se de certas particularidades. Primeiramente, em sua formação histórica, o Rio Grande do Sul caracterizou-se por um modelo de desenvolvimento “voltado para dentro”. Até o final da República Velha a atividade mais significativa residia no beneficiamento do boi, encontrando-se também nessa atividade a classe hegemônica do Estado. Entretanto, do decorrer do período em consideração a estrutura produtiva do Estado alterou-se, onde papel determinante para ocorrer à mudança foi exercido pelo Estado Regional. Após um século de especialização na atividade pecuária, o Estado diversificou-se em termos de produção e ampliou suas relações capitalistas. O Estado positivista, diferentemente da política do Império que associava a expansão gaúcha ao progresso da pecuária bovina, passou a incrementar outras atividades diversificando a matriz produtiva regional.

Com isso, as exportações de bens oriundos do complexo colonial-imigrante apresentaram extraordinário crescimento, juntamente com as atividades ligadas ao mercado interno do Estado, como beneficiamento industrial de produtos agrícolas e práticas comerciais. O Censo de 1920 também indicava a existência no Rio Grande do Sul de estabelecimentos de bens de produção leves (metalurgia, mecânica, material de transporte, minerais não-metálicos, química), atividades emblemáticas no Estado dos imigrantes europeus, os quais tinham destaque na produção nacional.

O período da década de 1930 até meados do século XX caracteriza-se por uma fase de transição, onde se destacam a perda de autonomia dos Estados Regionais, ampliação do mercado interno e aumento da concorrência. Nessa nova dinâmica receberam investimentos atividades produtoras de bens de consumo não duráveis e bens de produção leves, ocorrendo algumas especializações locais por municípios no Rio Grande do Sul. Apesar disso, o modo de produção sul-rio-grandense ainda caracterizava-se pela predominância de beneficiamentos agropecuários, enquanto a indústria do Centro-Sul do país caminhava para estágios mais avançados do processo de industrialização. O período

atividades produtivas que melhorem o seu desempenho. Se tais mecanismos auto-reforçantes atuam, a história passada das instituições é importante para a determinação da estrutura institucional presente, e esta por sua vez influenciará a matriz institucional futura. A ligação do passado, com o presente e o futuro é dada pela história e significa que as instituições apresentam características de *path dependence*.

³⁷Segundo Licha e Oreiro (1998, p. 2), retornos crescentes são um fato comum em processos de escolha de formas organizacionais alternativas. Os autores referidos adotam o modelo de B. Arthur, que permite estudar o processo de difusão dessas escolhas. O principal resultado desse modelo é que se a probabilidade de escolher uma ação aumenta com sua adoção, as primeiras adoções do processo podem levar a selecionar uma delas e excluir as outras. Licha e Oreiro (1998) utilizaram esse marco teórico para estudar a difusão de procedimentos adotados para organizar a relação capital-trabalho. Em especial, o objetivo dos autores foi mostrar os fatores que levaram a Alemanha e a Inglaterra a organizar de forma diferente suas relações trabalhistas a partir da década de 70. A hipótese principal é que fatores histórico-institucionais fizeram com que a Alemanha organizasse suas relações industriais na forma de um regime de alta performance, enquanto que Inglaterra optou pelo sistema de produção em massa flexível. Nestes termos, a Inglaterra pode ter selecionado uma forma organizacional que oferecerá menores lucros no longo prazo, incorrendo numa situação de ineficiência histórica. Também, exemplos históricos destes processos, na análise de difusão de tecnologias, são apresentados por David (1985). Com retornos crescentes a eficiência histórica do procedimento selecionado não é garantida. Se no começo do processo uma ação melhora lentamente, ela pode ser excluída e a estrutura de longo prazo pode ficar na opção inferior. A ineficiência resulta do fato que os primeiros adotantes impõem externalidades aos que chegam depois, não existindo nenhum mecanismo que induza os agentes a explorar ações custosas no começo, mas atrativas para adotantes futuros. Com isto, um processo cujos resultados de longo prazo são decididos ao acaso, dependendo da história, pode ser ineficiente (LICH & OREIRO, 1998).

³⁸ A questão-chave, já enunciada, é que o tipo de aprendizado que os indivíduos em uma sociedade adquiriram ao longo do tempo condiciona o desenvolvimento. E, como a natureza do processo de aprendizagem é local, o desenvolvimento econômico é particular e diferenciado entre regiões ou países. O tempo neste contexto implica não somente experiências e aprendizado atual, mas também a experiência acumulada de gerações passadas que está enraizada (*embedded*) na cultura. Dessa forma, o aprendizado coletivo influi no desempenho econômico. Também, o aprendizado coletivo conta para processos de saída de situações de *lock-in*, onde determinada matriz institucional encontra-se trancada numa *path dependence*. Nessas situações, os processos de *catching up*, expressos pelos esforços e capacidades dos agentes reduzirem a distância tecnológica local com a fronteira tecnológica visando a superação do atraso de desenvolvimento, dependem, sobretudo, de processos de aprendizado. Com isso, os processos de desenvolvimento econômico são o resultado de complexas interações entre forças econômicas, culturais e políticas, em nível tanto nacional, regional e local, sendo que distintos arranjos institucionais somente podem conseguir a realização do *catching up* pelo processo de aprendizado.

demasiadamente extenso do padrão de acumulação gaúcho, sofrendo pequenas transformações marginais, acabou redundando em perda de participação estadual no produto nacional.

Com a “crise da economia gaúcha” o Estado Regional voltou e exercer destaque para a transformação industrial. Sua principal estratégia foi atrelar o Estado sul-rio-grandense aos “planos” de desenvolvimento da nação, garantindo investimentos para o rearranjo produtivo interno. Implantaram-se no Rio Grande do Sul estabelecimentos industriais característicos do padrão de acumulação nacional, vinculando-se o Estado aos ciclos da economia brasileira desde então.

Atualmente a estrutura industrial do Estado gaúcho assemelha-se à do país, todavia apresenta algumas especificidades resultantes de sua trajetória pelo século XX. Há uma maior participação de indústrias tradicionais, em relação a média nacional, além da existência de significativas aglomerações produtivas especializadas em determinados gêneros por municípios. Estas aglomerações industriais formaram-se ao longo da trajetória pelo século XX, e as típicas do estágio mais avançado de industrialização nacional encontram-se principalmente em uma região do Estado, evidenciando-se um desequilibrado processo de desenvolvimento industrial no Rio Grande do Sul. A disparidade econômica contemporânea inter-regional sul-rio-grandense deve-se, então, a dinâmica evolutiva de cada região.

Nesse processo, desenvolveram-se características específicas da formação socioeconômica de cada “Metade”, Sul e Norte, do Estado com presença de fatores de larga duração que influenciaram a trajetória de ambas. Na definição dos direitos de propriedade de cada região estão as bases para o entendimento da problemática do desequilíbrio regional. Na região da Campanha estruturou-se uma sociedade estratificada e patrimonialista, com elevada concentração da terra e defensora do monopólio para suas atividades. Pecuaristas e charqueadores apresentavam divergências de interesses produtivos, apoiados por seus monopólios, acarretando na existência de elevados custos de transação na região. Assim, não estavam definidos nem assegurados os direitos de propriedade, nem o respeito dos contratos. Esta classe dominou a esfera pública do Estado por um século, beneficiando-se do privilégio de criar regras a seu favor. A escolha por atividades extremamente ligadas à pecuária levou a exclusão de outras, pois com a existência de retornos crescentes, atividades pecuniárias da classe hegemônica eram satisfeitas, todavia não relacionadas a outras práticas capitalistas. A aprendizagem nessas atividades também influenciou a trajetória, pois a busca por novos conhecimentos reforçou a ideologia dos agentes, acabando por especializar a região em atividades primárias. A estrutura econômica atual é resultado dos investimentos realizados no passado e da capacidade adquirida em certos procedimentos e atividades. O efeito *lock-in* assim é evidente.

As instituições do Norte do Estado foram desenvolvidas em claro contraste com as características de desenvolvimento da região Sul. Nestes termos, criaram-se instituições que promoveram o desenvolvimento econômico e social. Na Metade Norte foram definidos direitos de propriedade mais eficientes, fundamentados sobretudo na pequena propriedade, estrutura social igualitária, diversificação produtiva, conhecimentos técnicos e costumes e tradições capitalistas. Com a influência dos conhecimentos passados dos imigrantes a aprendizagem em práticas fabris ficou facilitada, criando um ambiente propício a expansão diversificada do desenvolvimento das relações capitalistas de produção.

Dessa forma, embora a Metade Sul do Estado, durante a República Velha, ser ainda a região hegemônica, não mais era o todo dinâmico. Paralela a sua decadência aflorou o dinamismo do Norte, que iniciava sua arrancada, demonstrando já diversificação produtiva e conhecimentos industriais. No entanto, o fundamental da hipótese defendida é a compreensão de que apesar da Metade Sul ser ainda a região hegemônica na República Velha, as diferenças quantitativas do início do século XX abrigavam ambientes institucionais bastante distintos, os quais esclarecem a divergência na trajetória de desenvolvimento industrial de ambas. Matrizes institucionais particulares, do início do século XX, contribuíram para que o eixo Porto Alegre – Caxias do Sul se transformasse no principal centro industrial do Estado e, para que à rudimentar indústria das principais cidades da Campanha, ao inserirem-se na dinâmica capitalista, demonstrassem retraimento.

Tal consideração é evidente no período pós-1930, quando ampliou-se o mercado interno brasileiro. Com o aumento da concorrência os municípios da Metade Norte começaram e especializaram-se em determinadas atividades industriais (couro e calçados, mecânica, metalurgia, material de transportes, vinhos, etc), evidenciando-se aí o surgimento das aglomerações produtivas presentes hoje no Estado. A Metade Sul também aprofundou suas relações capitalistas, mas elas restringiam-se ao beneficiamento primário (charqueadas e frigoríficos), cujos encadeamentos são extremamente limitados se comparados com os expressos pelas indústrias dinâmicas. Neste momento as regiões estabeleceram suas principais atividades produtivas em constituição de trajetórias de desenvolvimento distintas. O Norte aprofundou em certa medida sua estrutura industrial e o Sul enraizou-se definitivamente na agropecuária. Foi

nesse momento que o Norte ultrapassou o Sul do Estado na participação do produto total estadual, na produção industrial, no número de emprego e na população.

No momento de crise econômica dos anos 50 e 60 com o papel do Governo Estadual, os investimentos somente poderiam direcionar-se para a região que apresentasse maiores externalidades positivas nos segmentos característicos do novo padrão de acumulação. Assim, o *catching-up* processado em relação ao padrão de produção nacional fundado sobretudo no desenvolvimento das indústrias de bens de capital e bens de consumo duráveis, ocorreu na Metade Norte, consolidando-se a matriz industrial dessa região e, por conseqüência, a matriz industrial dinâmica do próprio Estado do Rio Grande do Sul. Nesta consideração, a diferenciação regional tende a se acentuar, nos dias atuais tendo em vista que esta região possui estrutura produtiva em condições de levar adiante os elementos paradigmáticos da revolução técnico-produtiva em andamento.

Nestes termos, registra-se que os processos de desenvolvimento econômico devem ser entendidos através de uma dinâmica evolucionária, histórica, econômica e institucional que tem identidades enraizadas em ambientes locais. Com isso, o processo de desenvolvimento industrial “desequilibrado” do Rio Grande do Sul pode ser mais bem reinterpretado, através de “outros” instrumentos analíticos que ressaltam além do próprio Estado, também que as “Metades” Sul e Norte gaúchas possuem especificidades locais, onde valores, cultura, normas, regras, direitos, política (arcabouço institucionalista) somam-se a rotinas, busca, seleção, *catching-up*, trajetória e paradigmas tecnológicos (tratamento neo-schumpeteriano evolucionista) importando como instrumentos de análise.

9. Bibliografia

ACCURSO, Cláudio; CANDAL, A. & VERAS, A. (1965). **Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul**. Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico. n. 16. Porto Alegre: Assembléia Legislativa.

ALBUQUERQUE E. M (1997). Notas sobre os determinantes tecnológicos do *catching-up*: uma introdução a discussão sobre o papel dos sistemas de inovação na periferia. In: **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo IPÊ.

ALMEIDA, Pedro F. C (1992). A gestação das condições materiais da implantação da indústria gaúcha – 1870-1930. In: **Ensaio FEE**. Porto Alegre (13)2.

ALONSO, J. A. F (1994). Análise do crescimento da região sul nas últimas décadas (1959-1990). In: ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994.

ALONSO, J. A. F (2003). O cenário regional gaúcho nos anos 90: convergência ou mais desigualdade? In: **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre. v.31.

ALONSO, J. A. F; BANDEIRA, P. S. (1994). Considerações metodológicas sobre a divisão regional. In: ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994.

ARAÚJO, H. J. V.; FISCHER, L. A (1998). Para ler Raymundo Faoro. In: TARGA, Luiz Roberto P. (1998) (org.). **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre; Lajeado: UFRGS, FEE; UNIVATES.

AREND, Marcelo (2004). **Desenvolvimento e Desequilíbrio Industrial no Rio Grande do Sul: uma análise institucionalista e neo-schumpeteriana evolucionista**. UFSC. Florianópolis. (Dissertação de Mestrado).

BANDEIRA, P. S (1994). As raízes históricas do declínio da região sul. In: ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994.

CARDOSO, F. H (1977). **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. São Paulo: Difusão.

CONCEIÇÃO, Octavio A. C (2002). **Instituições, Crescimento e Mudança na Ótica Institucionalista**. Teses FEE. Porto Alegre.

DALMAZO, Renato (1992). **Planejamento estadual e acumulação no Rio Grande do Sul, 1940-1974**. Porto Alegre: FEE. (série Teses).

DALMAZO, Renato (2003). **As relações de comércio do Rio Grande do Sul – do século XIX a 1930**. FEE. Porto Alegre.

DOSI, Giovanni. (1988a). Sources, procedures and microeconomics effects of innovation. In: **Journal of Economic Literature**. n. 3, p. 1120-1171.

DOSI, Giovanni (1988b). The nature of the innovative process. In: DOSI, Giovanni *et al.* (ed.). **Technical change and economic theory**. London: MERIT, 1988. p. 221-238.

FEE [FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA] (1976). **Análise de indústria de transformação no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. (série 25 anos de economia gaúcha).

FEE [FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA] (1983). **A produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista**. t.1, Porto Alegre.

FIERGS [FUNDAÇÃO INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL]. **KIT RS: Indicadores econômicos**. Assessoria econômica.

FONSECA, Pedro C. D. (1983). **RS: economia & conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto.

GRANOVETTER, Mark (1985). Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. **American Journal of Sociology**. v. 91, p. 481-510.

HERRLEIN JR., Ronaldo (2000). **Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil meridional**. Campinas. IE/UNICAMP. (tese de doutorado).

HODGSON, G M (1994). **Economia e Instituições**. Economia e Sociedade.

HODGSON, Geoffrey M. (1998). The Approach of Institutional Economics. **Journal of Economic Literature**. v. 36, p. 166-192, mar.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane C. (1976). **A colonização alemã no Rio Grande do Sul: uma interpretação sociológica**. Porto Alegre. Movimento.

LICHA, A. L; OREIRO, J. L. C. (1998). **Retornos Crescentes, Path-Dependence e Organização das Relações de Trabalho: uma análise aplicada aos casos da Alemanha e do Reino Unido**. In: III Encontro Nacional de Economia Política, 1998, Niterói. **Anais...** 1998.

LOVE, Joseph L. (1975). **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo, Perspectiva

MARQUES, A. F (1990). **Evolução das charqueadas rio-grandenses**. Porto Alegre: Martins Livreiro.

- MONASTÉRIO, Leonardo M. (2002). **Capital Social e a Região Sul do Rio Grande do Sul**. UFPR. Curitiba. (tese de doutorado).
- MULLER, Geraldo (1979). A Economia Política Gaúcha dos Anos 30 aos 60. In: Gonzaga, Sergius; Dacanal, José H. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.
- NELSON, R. R. e WINTER, S (1982). **An evolutionary theory af economic change**. Estados Unidos: Harvard U. P.
- NORTH, Douglass (1993). **Desempeño económico en el transcurso de los años**. Conferência de Douglass C. North em Estocolmo, Suécia, 9 de dezembro de 1993 ao receber o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas. Disponível no site: <http://www.eumed.net/cursecon/textos/north-nobel.htm>.
- NORTH, Douglass (1994). **Custos de transação, Instituições e Desempenho Econômico**. Instituto Liberal.
- NORTH, Douglass (1995). **Instituciones, câmbio institucional y desempeño económico**. Mexico. Fondo de Cultura Económica.
- PEREZ, C (1992) Cambio técnico, restructuracion competitiva y reforma institucional em los países em desarrollo. **El trimestre econômico**, v. 1, p. 23-64, Mexico, 1992.
- PESAVENTO, Sandra. Jatahy (1980). **República Velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos e criadores**. Porto Alegre: Movimento.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (1985). **História da indústria sul-rio-grandense**. Guaíba. Riocell.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (1988). **A Burguesia Gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho**. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- ROCHE, J. (1969) **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo.
- SINGER, Paul (1974). **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. São Paulo.
- SUZIGAN, Wilson (1986). **Indústria Brasileira: Origens e Desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense.
- TARGA, Luiz Roberto P. (1996a). **Gaúchos e Paulistas: dez escritos de história regional comparada**. FEE. Porto Alegre.
- TARGA, Luiz Roberto P. (1996b). O Rio Grande do Sul: fronteira entre duas formações históricas. In: TARGA, L. R. P. (1996). **Gaúchos e Paulistas: dez escritos de historia regional comparada**. FEE. Porto Alegre.
- TARGA, Luiz Roberto P. (1996c). As diferenças entre o escravismo gaúcho e o das *plantations* do Brasil. In: TARGA, L. R. P. (1996). **Gaúchos e Paulistas: dez escritos de historia regional comparada**. FEE. Porto Alegre.
- TARGA, Luiz. Roberto. P. (1996d). Violência revolucionária e fundação do Estado burguês. IN: TARGA, L. R. P. (1996). **Gaúchos e Paulistas: dez escritos de historia regional comparada**. FEE. Porto Alegre.
- TARGA, Luiz Roberto P. (1998). Elites regionais e formas de dominação. In: TARGA, Luiz Roberto P. (1998) (org.). **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre; Lajeado: UFRGS, FEE; UNIVATES.
- TARGA, Luiz Roberto P (2003). **A fundação do estado burguês no Rio Grande do Sul (1891-1913)**. In: V Congresso de História Econômica da ABPHE, Anais - 2003.

TARGA, Luiz Roberto P.; SILVA, Edmilson Nunes S. (2000). **A exclusão política da oligarquia tradicional gaúcha**. IN: Primeiras Jornadas de História Regional Comparada. Anais - 2000.

TAVARES, Maria Conceição (1986). **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. Campinas, UNICAMP.

TEECE, D.; PISANO, G. (1994). **The Dynamic capabilities of firms: an introduction**. In: Industrial and Corporate Change. v. 3, nº 3.

URBIM, Carlos (2003). **Os farrapos**. Zero Hora Editora Jornalística. Porto Alegre.

UTTERBACK, James M. (1996). **Dominando a dinâmica econômica**. Rio de Janeiro.

WILLIAMSON, O. E. (1985). **The Economic Institutions of Capitalism**. New York, The Free Press.

VEBLIN, Thorstein (1965). **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. Livraria Pioneira Editora. São Paulo.